

Quem disse ?

«Uma vaga de incultura, incivilidade e indignidade assola o “prime-time” televisivo»

Augusto Santos Silva
Expresso, 28 de Outubro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Convenção Nacional do PS

Vamos todos apoiar Jorge Sampaio

O Partido Socialista formaliza este sábado, em Convenção Nacional, que decorrerá nas antigas instalações da Feira Internacional de Lisboa, o seu apoio à recandidatura de Jorge Sampaio para o cargo de Presidente da República.

Na Comissão Nacional do passado sábado, porém, assim como em anteriores ocasiões, já o PS manifestou unanimidade no apoio ao seu ex-secretário-geral. As últimas palavras da intervenção do líder do partido e primeiro-ministro, António Guterres, foram mesmo destinadas a não deixar qualquer dúvida quanto à forma tranquila como os socialistas encaram as eleições para a Presidência da República. Como afirmou o secretário-geral do PS ao referir-se ao apoio do nosso partido a Jorge Sampaio, «há coisas na política que se fazem por obrigação, mas há outras coisas que se fazem com uma profunda alegria no coração. Nós vamos apoiar a candidatura de Jorge Sampaio com uma profunda alegria no coração».

Também o camarada Almeida Santos frisou na Comissão Nacional do partido que as eleições para a Presidência da República não serão uma dificuldade para o PS. «As eleições para a Presidência da República ficaram decididas pela forma como Jorge Sampaio cumpriu o seu mandato, revelando-se um homem honesto e um grande patriota e, por isso, satisfaz a esmagadora maioria dos portugueses», justificou o Presidente do Partido Socialista. Almeida Santos reforçou que, pelas características de Sampaio, o seu triunfo é mais do que previsível. «Daremos o nosso apoio a Jorge Sampaio, não apenas como um acto formal, mas também com muito respeito», declarou o Presidente da Assembleia da República.

Jorge Sampaio desmonta críticas do PSD

NUNCA ALINHAREI EM GUERRILHAS NEM SEREI UM CONTRAPONTO DO GOVERNO



Jorge Sampaio apresentou no domingo o programa da sua candidatura para mais um mandato na Presidência da República, numa sessão em que estiveram presentes o presidente do PS e da Assembleia da República, Almeida Santos, e o primeiro-ministro, António Guterres. Com o Teatro Camões completamente cheio, o chefe de Estado explicou como pretende exercer o seu segundo mandato. Não renunciará a nenhum dos seus poderes, incluindo os mais drásticos, mas também não estará disposto a contribuir para enfraquecer governos, forjar alternativas artificiais, ou em contribuir para gerar instabilidade no País. Definiu o Presidente da República como um moderador e um factor de estabilidade no País. Jorge Sampaio também respondeu à candidatura de Ferreira do Amaral, lembrando as suas imensas contradições.

Política

Caso as oposições forcem eleições antecipadas Guterres totalmente empenhado no combate político



A última Comissão Nacional do PS, no sábado passado, provou que o partido está muito unido e preparado para enfrentar os próximos desafios. Num discurso considerado brilhante, o secretário-geral do PS, camarada António Guterres, transmitiu que está empenhado e disponível para se recandidatar mais uma vez ao cargo de primeiro-ministro, caso as oposições chumbem um Orçamento de Estado.

Governo

Trabalho Ordenado mínimo aumenta cinco por cento



O Governo socialista vai actualizar o salário mínimo nacional. A decisão foi tomada na reunião de Conselho de Ministros que decorreu no passado dia 26, em Lisboa. De acordo com esta actualização, os valores do ordenado mínimo para o regime geral passam de 63.800 para 67.000 escudos e os do salário mínimo para os trabalhadores do serviço doméstico passam de 60.000 para 64.300 escudos.



Tenham cuidado!

A última semana acabou por provar muitas das suspeitas que se vinham acumulando entre os dirigentes do PS. As oposições estão realmente a fazer um jogo perigoso, totalmente irresponsável, e podem conduzir o País a uma indesejada e perigosa crise política. Sem que o Orçamento de Estado de 2001 tenha ainda sido discutido na generalidade, na Assembleia da República, já começaram a ameaçar que votarão contra. Pelo contrário, pela voz do primeiro-ministro, António Guterres, o Governo já fez saber que, tal como nos anos anteriores, está disponível para dialogar com as oposições e, por essa razão, aceitará introduzir aperfeiçoamentos na sua proposta orçamental. No entanto, como é natural, cabe ao Governo governar, sendo responsável pelas medidas que toma em relação ao País. Como tal, nunca o Governo, ou o Partido Socialista, aceitarão que o Orçamento de Estado de 2001 seja descaracterizado por outros sem responsabilidades no País.

Estamos perante a exigência mais natural deste mundo, muito diferente dos métodos arrogantes que Cavaco Silva utilizava nos tempos em que o PSD dispunha de poder absoluto e silenciava qualquer proposta alternativa que viesse das oposições.

Na realidade, estamos perante uma situação inédita no país. Conhecidas as características do Orçamento de 2001, nenhuma força da oposição se atreveu a negar que haverá um desagravamento fiscal para a generalidade dos trabalhadores portugueses. Muitos até chegaram ao ponto de dizer que este Orçamento era melhor do que o anterior. Mas a irresponsabilidade e o absurdo das oposições parecem não ter limites. O PSD, bem ao estilo radical de Durão Barroso, comunicou que votava contra, sem que ainda tivesse a lido o que estava em causa. O PCP voltou aos seus piores tempos. Carlos Carvalhas disse que votaria contra este e contra um segundo Orçamento que o Governo venha a apresentar. Ou seja, os comunistas estão contra tudo, porque regressaram à lógica segundo a qual aquilo que o PS faz de bom para o País é mau para os interesses partidários do PCP.

O PP e o Bloco de Esquerda tomaram atitudes próprias de garotos. Disseram que queriam discutir o Orçamento na especialidade, mas, ao mesmo tempo, comunicaram que nem sequer querem que ele passe da fase de debate na generalidade.

O PS não deseja eleições antecipadas e não quer uma crise política. Mas, como o camarada António Guterres avisou, estamos preparados para tudo. Estamos de consciência tranqüila e não temos medo do julgamento que os portugueses fizeram do nosso trabalho. Outros políticos, de outros partidos, já não poderão dizer o mesmo. Tenham cuidado! Com tantas armadilhas que tentam criar ao Governo ainda acabaram armadilhados pelo povo português!



ARONS DE CARVALHO EM DEFESA DE TIMOR LIVRE

A edição de 28 de Outubro de 1982 dava grande destaque à preparação pelas estruturas nacionais e locais do PS das eleições autárquicas, numa altura em que se assistia a uma profunda crise no interior da AD, que então governava o País.

Particularmente interessante, a 18 anos de distância, era a notícia de uma deslocação à sede da ONU, em Nova Iorque, de uma delegação parlamentar, onde se incluía o camarada Alberto Arons de Carvalho, um dos fundadores do PS e intemerato defensor da causa timorense, na sequência da qual viria a ser aprovada uma resolução na AR, na qual se considerava que Portugal tem a obrigação de «promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste». Numa intervenção na AR, Arons de Carvalho exortava todas as delegações parlamentares que se deslocam ao estrangeiro a «levar na bagagem das suas preocupações a questão de Timor».

J. C. CASTELO BRANCO

28 de Outubro

Quem disse?

«A questão de Timor-Leste é das poucas questões nacionais que recolhem um larguíssimo consenso no espectro político-partidário português»
Alberto Arons de Carvalho



Pensões

Aumento garantido mesmo sem OE 2001

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou, no dia 29, que os aumentos das pensões previstos para Dezembro deste ano «estão assegurados mesmo sem a aprovação do Orçamento de Estado, mas a Segurança Social sofrerá um défice».

O chefe do Governo falava aos jornalistas em Camarate, durante uma visita ao lar de terceira idade da Segurança Social Casa de Santa Tecla, onde fez a apresentação pública dos valores das novas pensões para 2001 com o ministro Ferro Rodrigues. Na passada quinta-feira, o Conselho de



Ministros tinham decidido actualizar em cinco por cento os valores de pensões do regime geral da Segurança Social a partir de 1 de Dezembro deste ano.

Angra do Heroísmo

Executivo açoriano recupera Palacete

O Governo da Região Autónoma dos Açores abriu concurso público, no passado dia 27 de Outubro, para a empreitada de restauro e adaptação do edifício Palacete Silveira e Paulo, em Angra do Heroísmo, para instalar os serviços da direcção regional da Cultura.

Segundo uma fonte do Executivo regional liderado pelo camarada Carlos César, a obra está orçada em cerca de 113 mil

contos e prevê a realização de trabalhos de demolição, construção de um núcleo de elevadores e instalações sanitárias.

O projecto inclui, também, o restauro de tectos de estuque, conservação de caixilharias, portas e janelas e instalações das redes eléctricas, de águas e esgotos e de telecomunicações e segurança. Os trabalhos terão um prazo de execução de dez meses.

Governo acusa oposição de utilizar OE como arma política

O Governo acusou a oposição de usar o Orçamento do Estado (OE) como «uma arma política», sem o apreciar de «forma correcta», classificando esta como uma atitude que é «censurável, porque põe em causa o futuro dos portugueses».

A acusação foi feita pelo ministro da Presidência, Guilherme de Oliveira Martins. Segundo afirmou o governante, o OE mexe com a confiança e o futuro dos cidadãos e, por isso, deve ser tratado com «grande sentido de responsabilidade» e «não pode ser objecto de jogos políticos das várias forças da oposição».

«Apelamos à responsabilidade dos partidos. Nós assumiremos todas as responsabilidades que passam pela

defesa deste OE», frisou o ministro, considerando que a proposta do Executivo é positiva, sendo este o OE da reforma fiscal e com preocupações com a Segurança Social que, sem a sua aprovação, «não podem ser cumpridas». Questionado sobre se o assumir das responsabilidades por parte do governo implicariam a sua demissão em caso de chumbo do OE, Oliveira Martins apenas afirmou que o assumir de responsabilidades «significa, em cada momento, fazer um combate que é indispensável».

«Garantimos que faremos tudo o que esteja ao nosso alcance para fazer aprovar este orçamento», concluiu o ministro da Presidência.

Pina Moura afirma: nova tributação dos jipes é questão de moralidade

O ministro das Finanças sustentou que a nova tributação para os veículos jipe é uma questão «de moralidade» e de «maior justiça fiscal».

As afirmações de Pina Moura foram proferidas no dia 20, no final de uma reunião com os deputados do Grupo Parlamentar do PS, após ter sido confrontado com a ameaça de Salvador Caetano no sentido de encerrar a sua fábrica em Ovar caso o imposto automóvel

seja aplicado tal como se encontra previsto no Orçamento de Estado de 2001.

O ministro das Finanças referiu que o imposto automóvel terá «alterações de fundo», que serão trabalhadas ao longo do próximo ano.

Em alguns aspectos, mas não no caso da tributação para os jipes, o titular da pasta das Finanças disse que o Governo está aberto a acolher sugestões, tendo em vista eventuais alterações.

PRESIDENCIAIS

Jorge Sampaio desmonta críticas do PSD

NUNCA ALINHAREI EM GUERRILHAS NEM SEREI UM CONTRAPONTO DO GOVERNO

Jorge Sampaio apresentou no domingo o programa da sua candidatura para mais um mandato na Presidência da República, numa sessão em que estiveram presentes o presidente do PS e da Assembleia da República, Almeida Santos, e o primeiro-ministro, António Guterres. Com o Teatro Camões completamente cheio, o chefe de Estado explicou como pretende exercer o seu segundo mandato. Não renunciará a nenhum dos seus poderes, incluindo os mais drásticos, mas também não estará disposto a contribuir para enfraquecer governos, forjar alternativas artificiais, ou em contribuir para gerar instabilidade no País. Definiu o Presidente da República como um moderador e um factor de estabilidade no País. Jorge Sampaio também respondeu à candidatura de Ferreira do Amaral, lembrando as suas imensas contradições.

O candidato à Presidência da República mereceu uma longa salva de palmas na parte da sua intervenção em que assegurou que, no segundo mandato, não será um contraponto do Governo, ou um comentador crítico da actuação do Executivo. Os que pretendem que o chefe de Estado assim actue, lembrou Jorge Sampaio, «são por vezes os mesmos que ainda não há muito pugnavam pela convergência entre um presidente, um Governo e uma maioria parlamentar. Os que agora, numa situação de ausência de maioria absoluta, alertam para os perigos da concentração de poderes são os mesmos que ainda há pouco clamava, contra as forças do bloqueio. Esta dualidade encerra, no fundo, o mesmo vício: a partidização da função do presidencial, a sua instrumentalização ao serviço de um partido ou de uma coligação». De acordo com o chefe de Estado, «o resultado seria, como é óbvio, a desvirtuação completa da natureza do nosso sistema de Governo. O Presidente da República converter-se-ia ou numa figura decorativa ou numa fonte permanente de conflitos, crises e bloqueios. Os portugueses sabem que nunca permitirei a partidização ou a instrumentalização do Presidente da República», frisou Jorge Sampaio.

Como sublinhou no capítulo que dedicou à interpretação que fará dos seus poderes, o Presidente da República referiu que «os portugueses sabem que numa situação de Governo minoritário, qualquer que ela seja, susceptível a crises e bloqueios», nunca será «um factor ascensão de problemas, de fomento de guerrilhas e de instabilidade. O



Presidente da República é uma referência de moderação, de busca de soluções, de equilíbrio». Da mesma forma, frisou Sampaio, «os portugueses sabem que numa eventual situação de maioria absoluta, tendencialmente propícia a arrogância ou concentração no exercício de poderes, serei firme na prevenção dos abusos, na vigilância democrática, na garantia das condições de uma alternância efectiva».

O chefe de Estado deixou ainda o recado de que bem podem desiludir-se os que procuram arrastá-lo «para intervenções mediáticas ou destinadas a deixar no mandato marcas espectaculares dignas de figurarem nos anais da História. Não hesitarei nunca em recorrer aos poderes que a Constituição me confere, incluindo os mais drásticos, mas só quando considere ser esse o interesse nacional». Como sublinhou Jorge Sampaio, «em democracia as alternativas forjam-se no Parlamento e na luta livre e competição democráticas. Ao Presidente da República compete estar atento aos sinais do tempo, ao sentir dos portugueses, às suas aspirações e vontade de mudança, mas não é a ele que cabe enfraquecer soluções governativas ou forjar alternativas. Não é isso que os portugueses esperam do Presidente da República que elegem, não é essa a configuração constitucional do Presidente da República, nem são essas as conclusões a retirar da experiência rica e sedimentada do funcionamento do nosso sistema de Governo ao longo do último quarto século».

Campanha eleitoral ecológica

No discurso que proferiu na sessão de apresentação do seu programa, em que esteve acompanhado pela mulher, Maria José Rita, e pelos seus dois filhos, Jorge Sampaio disse ser seu dever de candidato

oposições».

«Numa situação como esta, seria muito fácil ao Presidente da República jogar a favor da instabilidade política, tirar partido das dificuldades na relação entre o Governo e a oposição parlamentar, ou mesmo capitalizar a seu favor descontentamentos acumulados com as acções ou omissões governamentais e com as perturbações e conflitos gerados por uma relação conflituosa entre as oposições e o Governo. Não foi esse o mandato que recebi dos portugueses, não é assim que entendo as funções presidenciais», frisou.

Prioridade à educação e solidariedade

Como principais preocupações do seu segundo mandato, Jorge Sampaio destacou a sociedade educativa como «chave para uma inserção activa de Portugal e dos portugueses num espaço cada vez mais global e cada vez mais dominado por redes de comunicação, por uma indústria de conteúdos, em suma por uma produção de conhecimentos, que precisamos de poder incentivar e também de saber regular». Por outro lado, salientou o Presidente da República, as alterações demográficas verificadas nas últimas décadas «tiveram implicações profundas no tecido social e trouxeram para a ordem do dia uma questão que só pode ser resolvida com uma nova plataforma de solidariedade entre gerações. Refiro-me ao problema dos idosos e do lugar a que têm direito na sociedade», especificou, antes de apelar a um desenvolvimento assente «na competitividade das empresas, na qualidade do emprego e na necessidade de formação profissional ao longo da vida». De acordo com Jorge Sampaio, o Presidente da República tem uma obrigação e um papel muito importante no acompanhamento da realidade nacional. «Ao fim destes cinco anos, conheço melhor Portugal e os portugueses, sei do que são capazes. Tenho uma visão prospectiva mais exigente e fundamentada. Julgo ser meu dever colocá-la ao serviço da minha pátria e dos meus concidadãos», disse.

A finalizar o seu discurso, o candidato apoiado pelo Partido Socialista deixou as seguintes garantias:

«Tenho uma ambição para Portugal e ter uma ambição para o país que é o nosso e que amamos é recusar a auto-satisfação e a resignação. É querer mais e melhor. Eu quero mais e melhor para Portugal e para os portugueses. Quero um Estado mais competente nas funções que lhe cabem e mais aberto aos cidadãos e à sociedade. Quero uma sociedade Mais inconformista, menos alheada das causas comuns, mais mobilizada, uma sociedade que diga menos eles têm e que diga mais nós temos».

GUTERRES TOTALMENTE EMPENHADO NO COMBATE POLÍTICO

A última Comissão Nacional do PS, no sábado passado, provou que o partido está muito unido e preparado para enfrentar os próximos desafios. Num discurso considerado brilhante, o secretário-geral do PS, camarada António Guterres, transmitiu que está empenhado e disponível para se recandidatar mais uma vez ao cargo de primeiro-ministro, caso as oposições chumbem um Orçamento de Estado que é indiscutivelmente bom para a generalidade dos portugueses e precipitem a realização de eleições legislativas antecipadas. António Guterres considerou incompreensível a reacção negativa das oposições à proposta orçamental do Governo. Mas também identificou os «lobbies» de interesses, que, apesar de legítimos, estão contra o Orçamento de Estado, porque são precisamente aqueles que mais poderão ser penalizados pela reforma fiscal. Uma reforma que obrigará a pagar quem foge aos impostos e que permitirá desagravar o sacrifício de muitos portugueses, na sua maioria trabalhadores por conta de outrem.

As primeiras palavras do secretário-geral do PS foram destinadas a lembrar que há cinco anos se iniciou em Portugal um novo ciclo político. Logo a seguir, no entanto, avisou que não aproveitaria a reunião da Comissão Nacional do partido não para fazer propaganda, mas para olhar para o futuro, transmitindo aos portugueses que «a obra está à vista de todos» e que, por isso, os socialistas podem ter «a consciência tranquila». António Guterres sublinhou também que a estratégia do partido não passará por dizer que está tudo bem, escondendo os problemas, ou omitindo as dificuldades. Pelo contrário, importa ter «um empenhamento profundo na renovação de Portugal, que não é fácil», até porque se deparam várias «resistências e lobbies», em relação aos quais os socialistas terão de enfrentá-los com «coragem». Como sublinhou o primeiro-ministro, «temos um projecto construído em nome de princípios e de valores. Não por interesses escondidos, mas princípios e valores que pretendem deixar uma imagem de marca: a coesão social e a visão humanista do país, fazendo-se apelo à justiça e à equidade nas relações entre o Estado e os cidadãos». Como grande objectivo da governação do PS, o secretário-geral do partido identificou



a capacidade de «vencer os atrasos estruturais, através de uma aposta na qualidade». Além do esforço para vencer os atrasos estruturais, perante a Comissão Nacional do partido, António Guterres lembrou a preocupação permanente de governar com «consciência social», sobretudo em relação aos idosos. Desde que o PS chegou ao Executivo, como lembrou o chefe do Governo, já foi aprovada uma reforma da Segurança Social, tendo ainda sido recentemente anunciadas medidas complementares que, com base no Orçamento de Estado, dotará Portugal de um sistema global e coerente de pensões. Este novo sistema garantirá que os idosos de amanhã nunca tenham o seu futuro comprometido em termos de pagamento de reformas. As medidas recentemente anunciadas também são baseadas num segundo princípio, através da valorização do trabalho. Ou seja, o novo sistema terá em linha de conta a carreira contributiva de cada cidadão. «Esta é mais uma prova da nossa preocupação com a pobreza e o reconhecimento do trabalho de cada um numa perspectiva de equidade», sublinhou António Guterres. O primeiro-ministro lembrou ainda que a 1 de Junho de 2001 haverá um segundo aumento extraordinário das pensões do regime agrícola e o próximo Orçamento de Estado também irá prever um complemento de solidariedade para os idosos que recebem pensão social,

em que os cidadãos com mais de 70 anos receberão mais cinco mil escudos, e quem tiver entre os 65 e os 70 anos cerca de 2500 escudos.

Vencer resistências e «lobbies»

O próximo Orçamento de Estado irá permitir um desagravamento fiscal significativo para a maioria dos portugueses, mas, como lembrou António Guterres, terá a oposição de determinados «lobbies». O líder do partido deixou bem clara a actual situação de injustiça, em que a maioria dos impostos continua a ser paga por trabalhadores por conta de outrem. Por isso, ao mesmo tempo, a política orçamental do Governo irá prever medidas contra a fraude e evasão fiscais, embora preservando-se todos os direitos dos contribuintes. «Tive a oportunidade de ver a reacção daqueles que beneficiam com as injustiças», referiu o primeiro-ministro, adiantando que a reforma fiscal «irá ao cerne daqueles que não cumprem». Em seguida, deu dois exemplos de situações de injustiça que não podem continuar: alguém que paga impostos e vê o vizinho, que não paga, comprar um Ferrari; ou que vê o seu amigo, que também não paga impostos, comprar um apartamento de 80 mil contos no Algarve. «Não se trata de uma perseguição fiscal, mas de combater o enriquecimento súbito e não declarado», explicou António Guterres.

O primeiro-ministro falou ainda de situações em que determinadas instituições financeiras aproveitam o *off-shore* da Madeira para aí declararem os seus lucros, apenas inscrevendo em território continental as suas despesas. «A justiça fiscal é uma questão central no debate político, não apenas em termos de justiça, mas porque irá tocar a doer em interesses. Compreendo que haja tanta gente interessada em que o Orçamento de Estado não seja aprovado, porque é a doer. Percebo que digam que seria preferível a realização de eleições antecipadas, porque desta vez é a doer», repetiu António Guterres, numa alusão à reacção que tiveram alguns grandes empresários.

Lamentável conduta das oposições

Na Comissão Nacional do PS, António Guterres lamentou igualmente o comportamento das oposições. Começou por lembrar que quando anunciou a generalização da Internet às escolas e às famílias portuguesas – questão central para o desenvolvimento do País no futuro –, os deputados da oposição riram-se, «como se fosse uma coisa tonta».

Quanto ao Orçamento de Estado, o secretário-geral do PS respondeu a Cavaco Silva, que disse que para acabar com o monstro será preciso dor. «Só que ele quer a dor sempre para os mesmos», reagiu o primeiro-ministro, que também considerou o PSD «o partido mais radical. O líder desse partido disse que votaria contra o Orçamento, mesmo antes de ele ser apresentado», recordou António Guterres, frisando que o Governo está aberto a introduzir aperfeiçoamentos na sua política orçamental. «Se todos dizem que este Orçamento é melhor do que o do ano passado, é um absurdo que não seja aprovado», comentou ainda.

António Guterres referiu-se ainda à posição do PCP cujo líder disse que votaria contra um segundo Orçamento de Estado, quando o primeiro ainda nem sequer foi discutido na Assembleia da República; e denunciou as contradições do PP e do Bloco de Esquerda que apresentam propostas na especialidade, mas nem sequer estão disponíveis para o deixar passar na generalidade. «Provam que não têm grande convicção nas propostas que nos fazem e, por isso, nem as querem discutir!», concluiu.

«Não queremos eleições antecipadas, porque o país precisa de estabilidade e de regularidade na sua vida. Esse é também o sentimento dos portugueses», referiu o chefe do Governo. No entanto, caso as oposições precipitem o País para eleições antecipadas, António Guterres disse estar disponível para as disputar como líder do Partido Socialista.

PELO PAÍS

Governança Aberta

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Portugal vai dispor, a partir de meados de 2001, de estatísticas e indicadores oficiais e validados sobre a Sociedade da Informação, afirmou, no dia 26, o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago.



O governante, que fez uma intervenção a marcar a inauguração oficial da Inforpor/2000, sublinhou que a fiabilidade dos indicadores é uma das questões críticas para a economia digital, uma vez que nesta área os números multiplicam-se e, muitas vezes, contradizem-se.

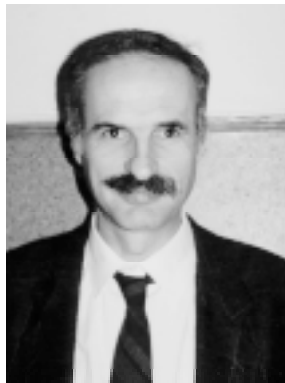
«Grande parte dos indicadores que são divulgados todos os dias valem muito pouco e servem mais para apoiar estratégias de marketing das empresas do que para descrever objectivamente a realidade», disse. Assim, todos os Estados-membros da União Europeia estão empenhados em, com um mínimo de custos e burocracia, produzir estatísticas viáveis e com rapidez a propósito da Sociedade da Informação. Em Portugal, esse trabalho será feito pelo Instituto Nacional de Estatística, em colaboração com o Instituto das Comunicações de Portugal e com o apoio do Ministério da Ciência e da Tecnologia. «Esperamos em 2001 começar a ter números oficiais sobre os indicadores mais relevantes para a Sociedade da Informação», afirmou Mariano Gago.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O secretário de Estado da Comunicação Social disse, no dia 28, em Viana do Castelo, que a partir de 2001 vão haver alterações no regime do porte pago, para acabar com situações de concorrência desleal actualmente registadas na imprensa regional.

«Vamos reduzir, ainda que muito ligeiramente, a comparticipação do Estado no porte pago, para acabar com as situações de concorrência desleal entre jornais que cumprem as regras e os que cometem abusos, oferecendo gratuitamente um número ilimitado de exemplares, à custa do dinheiro dos contribuintes», explicou Arons de Carvalho. Assim, a partir de Janeiro do próximo ano, a comparticipação do Estado, que até aqui

era de 100 por cento, passará a ser de 90 e 80 por cento, respectivamente, consoante se tratarem de jornais profissionalizados ou não.



«A Imprensa regional portuguesa, em vez de estar acomodada e pensar que tem o Estado para subsidiar tudo, tem que trilhar o caminho da modernização, para se tornar mais competitiva», sublinhou o governante, acrescentando que esse é um esforço que o Governo vai apoiar, ao abrigo do sistema de incentivos que está a ser criado.

CULTURA

A Rede Portuguesa de Museus, projecto apresentado publicamente quinta-feira, dia 26, em Santarém, e que começará a ser lançado em 2001, permitirá articular os diversos organismos que se dedicam à museologia em Portugal e à rentabilização de recursos.

Segundo o ministro da Cultura, José Sasportes, que assistiu à apresentação do projecto, feita no decurso do 12º Encontro Nacional Museologia e Autarquias, a Rede Portuguesa de Museus será lançada faseadamente a partir de 2001, «com base na articulação e na cooperação entre os diversos organismos que se dedicam à Museologia em Portugal».

Esta rede tem, de acordo com o governante, antecedentes «muito positivos» nas congéneres criadas no âmbito das bibliotecas públicas e dos arquivos municipais e permitirá «uma maior consonância de objetivos e um trabalho cultural alargado, sob o signo das "redes de cultura"».

A Rede Portuguesa de Museus, apresentada pela coordenadora do projecto, Clara Camacho, visa a requalificação do tecido museológico português e «incorpora um importante papel de disseminação de informação e de estímulo à comunicação, ao mesmo tempo que favorece a programação, a interconexão e a qualificação de equipamentos».

Até ao fim do ano, os responsáveis pela «estrutura do projecto» reunir-se-ão, descentralizadamente, com os principais agentes da museologia nacional e, em 2001, promoverão um fórum internacional sobre as redes de museus.

DESPORTO

O ministro da Juventude e Desporto, Armando Vara, desafiou, no dia 27, os partidos da oposição que estão preocupados com o apoio financeiro às associações desportivas a aprovar o Orçamento de Estado para 2001.

«Se a oposição está preocupada com o apoio financeiro às associações desportivas que approve o Orçamento de Estado (OE) para 2001, acentuou Vara na comissão parlamentar de Juventude e Desporto.

Numa reunião onde as perguntas da oposição foram muitas, o ministro rebateu as preocupações e críticas dos deputados, desafiando-os a aprovar o próximo orçamento do Estado.

Armando Vara considerou que «não é possível dizer neste momento qual vai ser o modelo final» no que respeita a acessibilidades e sublinhou ainda que «não é o momento para falar das decisões que estão a ser preparadas em matéria de parques de estacionamento e empréstimos».

«Uma coisa é o que os clubes gostavam que acontecesse, outra é o que o Estado está em condições de fazer», retorquiu o ministro.

EDUCAÇÃO

A secretária de Estado da Educação, Ana Benavente, justificou, no dia 26, no Porto, a criação das aulas de 90 minutos com a necessidade de «uma relação mais lúdica e mais participada» entre professores e alunos.



Ana Benavente, que falava no encerramento do Encontro Nacional «Os Jovens e a Matemática», frisou que «o trabalho escolar tem de ser feito fundamentalmente na escola».

«A imagem que temos de uma escola é de aulas expositivas», referiu, salientando que o objectivo da nova medida é integrar nas aulas de 90 minutos os actuais trabalhos de casa e evitar o recurso dos alunos a explicações e salas de estudo.

Ana Benavente reconheceu que a ideia das aulas de 90 minutos «apareceu como uma coisa terrível», pelo facto de os alunos já considerarem excessivos os actuais 50

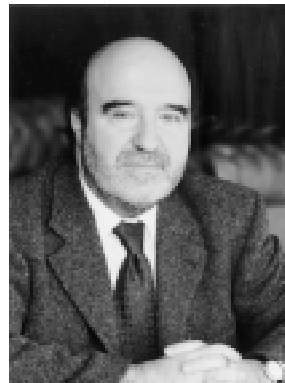
minutos, mas realçou que as alterações agora aprovadas vão no sentido de acabar com a mera transmissão de conhecimentos.

Dos planos de reorganização dos ensinos básico e secundário aprovados quinta-feira em Conselho de Ministros, a governante destacou também a generalização do estudo acompanhado, depois da experiência inicial em 180 escolas.

Ana Benavente disse que este estudo acompanhado visa ajudar os alunos a estudar, ultrapassando as dificuldades com que muitos se deparam na apreensão dos conhecimentos transmitidos pelos professores.

ENSINO SUPERIOR

O estudo acompanhado, contemplado na reforma do ensino básico e secundário, vai melhorar a qualidade dos alunos que se candidatam ao ensino superior, defendeu, no dia 26, em Tomar, o secretário de Estado José Reis.



Durante a cerimónia de abertura do ano lectivo do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), o secretário de Estado do Ensino Superior salientou que «a reforma educativa tem de ser articulada entre os vários níveis de ensino».

No seu entender, «as qualificações dos candidatos ao ensino superior não são ainda as desejáveis», pelo que a proposta do Governo «pode melhorar a qualidade do ensino superior no seu todo».

Segundo o governante, «a sociedade portuguesa tem sido muito generosa» nos investimentos realizados na rede de ensino superior, sendo agora o momento para os estabelecimentos «justificarem esse esforço» através de políticas educativas de qualidade.

José Reis afirmou ainda que o ensino politécnico teve um papel muito importante na expansão e democratização do ensino superior em Portugal, contribuindo para o «desenvolvimento regional sustentado».

Actualmente, num momento «em que a rede de ensino está basicamente consolidada», o secretário de Estado defende que os critérios de acesso devem ser mais exigentes.

FINANÇAS

O ministro Pina Moura acusou, no dia 27, o Executivo do ex-primeiro-ministro Cavaco Silva de não cumprir leis essenciais da República, dando os exemplos da segurança social e das transferências para as autarquias locais. «A dívida acumulada do Estado à segurança social – no fim do Governo de Cavaco – era de 900 milhões de contos», acusou Pina Moura quando falava na Federação Distrital do Porto do Partido Socialista.

O responsável da pasta das Finanças defendeu-se das críticas de Cavaco, que acusa o Governo de Guterres de estar a aumentar a despesa pública.

O ministro Pina Moura disse mesmo que «o pai do monstro é Cavaco Silva», porque no seu Governo «a despesa pública foi maior» e «houve uma má gestão e afectação dessa despesa».

No caso do orçamento não ser aprovado em Novembro, Pina Moura alertou para o facto do regime de duodécimos ser prejudicial para o País, visto que «não há margem de manobra de execução orçamental».

Recorde-se que Cavaco Silva não rejeitou essa hipótese, mas o ministro das Finanças considera que, nesse cenário, «não temos condições para subir os salários, para aumentar em 14 por cento as transferências para as autarquias locais e de aumentar em 10 por cento a dotação para o serviço nacional de saúde».

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, aconselhou, no dia 26, os alunos do ensino superior a desenvolverem tarefas extracurriculares e associativas para melhorarem os currículos.



«Hoje os empregadores querem recrutar recém licenciados que tenham capacidade de iniciativa e isso vê-se através do currículo e daquilo que o estudante fez para além de estudar as sebentane e fazer testes na universidade», afirmou.

O governante esteve na delegação de

Braga do Instituto da Juventude para falar aos jovens sobre «A política de juventude» e para inaugurar as instalações da Associação dos Antigos Alunos do curso de «Filosofia de Desenvolvimento da Empresa» da Universidade Católica.

Na opinião de Miguel Fontes, «os universitários devem participar em acções de formação, em actividades científicas, culturais ou associativas fora da universidade, de modo a se prepararem para a entrada no mundo do trabalho».

«Os próprios pais devem incentivar os seus filhos a participarem em actividades associativas de âmbito juvenil, de forma a adquirirem uma vontade de intervenção cívica», salientou.

O secretário de Estado disse que «nem sempre as instituições de ensino superior estão preparadas para formar cidadãos empreendedores», mas sublinhou que «das 30 mil empresas criadas nos últimos anos, três mil foram iniciativa de jovens com menos de 25 anos».

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, defende que a Sida passe a doença crónica e garante que isso só ainda não aconteceu porque tal decisão não envolve apenas o Ministério da Saúde. «A Sida ainda não é doença crónica porque esta passagem tem responsabilidades que não envolvem apenas este ministério», revelou, no dia 2, à Imprensa a titular da pasta da Saúde.



Para Manuela Arcanjo, esta decisão é inevitável, embora mais morosa do que o previsto, pois «estão envolvidos outros ministérios, nomeadamente o da Segurança Social».

Entre os benefícios que advêm desta medida está o acesso à medicação sem encargos para o doente, mesmo fora das farmácias hospitalares. O mesmo sucede com consultas, exames e tratamentos frequentes.

Desde 1996 que estão identificadas como doenças crónicas as seguintes patologias: doença genética com manifestações clínicas graves,

insuficiência cardíaca congestiva, cardiomiopatia, doença pulmonar crónica obstrutiva, hepatite crónica activa, cirrose hepática com sintomatologia grave, artrite invalidante, lúpus, dermatomiose, paraplegia, miastenia grave, doença desmielinizante e doença do neurónio motor. A estas juntar-se-á a Sida.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Ferro Rodrigues, deslocou-se sexta-feira, dia 27, ao Algarve para inaugurar, em Portimão, equipamentos de solidariedade social e participar, em Faro, num conjunto de iniciativas locais. Em Portimão, o programa incluiu a inauguração do Lar Residencial e de Acolhimento Temporário para Jovens Portadores de Deficiência e do Centro Comunitário de Alvor, bem como a apresentação do Projecto de Luta Contra a Pobreza «Renascer», a assinatura do protocolo com vista à construção do centro Comunitário «Porta Aberta» e o

lançamento do Guia do Idoso.

Orçado em 210 mil contos, o Lar Residencial e Lar de Acolhimento Temporário para Jovens Portadores de Deficiência é um equipamento construído de raiz, situado na Mexilhoeira Grande, composto por um lar residencial com capacidade para 29 utentes e um lar de acolhimento temporário para seis jovens deficientes.

Financiado em 80 por cento pelo Centro Regional de Segurança Social do Algarve, o novo equipamento vai ser gerido pela Cooperativa de Reeducação e Apoio a Crianças Excepcionais de Portimão (Cracep).

Com capacidade para 200 utentes, o Centro Comunitário de Alvor, cujo custo ascendeu a 264 mil contos, dos quais cerca de 127 mil contos foram financiados pelo sub-programa Integrar, é um equipamento constituído por dois refeitórios, uma sala de convívio, sala de ginástica, mediateca, posto médico e três ateliers.

DESTAQUE – CM

Trabalho

ORDENADO MÍNIMO AUMENTA CINCO POR CENTO

O Governo socialista vai actualizar o salário mínimo nacional. A decisão foi tomada na reunião de Conselho de Ministros que decorreu no passado dia 26, em Lisboa.

De acordo com esta actualização, os valores do ordenado mínimo para o regime geral passam de 63.800 para 67.000 escudos e os do salário mínimo para os trabalhadores do serviço doméstico passam de 60.000 para 64.300 escudos.

Estes aumentos significam uma subida de cinco por cento no valor do salário mínimo nacional e de 7,2 por cento no valor do salário mínimo do serviço doméstico. Este último passa agora a representar 96 por cento do valor do salário mínimo do regime geral, quando anteriormente se cifrava em 94 por cento desse valor.

Trata-se do prosseguimento da política que tem vindo a ser desenvolvida, desde 1995, a qual tem permitido o crescimento economicamente sustentado dos valores reais do salário mínimo nacional, elevando, assim, o poder de compra dos trabalhadores e reforçando os níveis de coesão social, sem com isso comprometer os níveis de emprego alcançados e o bom desempenho das empresas portuguesas. É de assinalar, ainda, que se intensifica, de forma substancial, o ritmo da convergência entre a remuneração mínima mensal garantida para o serviço doméstico e a remuneração mínima mensal garantida de generalidade dos trabalhadores.

A este ritmo pode atingir-se a convergência absoluta entre os dois regimes no prazo de três anos, diminuindo para metade o período de tempo que decorreria, até tal objectivo ser alcançado, caso fosse mantido o ritmo de progressão da remuneração mínima do serviço doméstico por relação ao ritmo de progressão da remuneração mínima garantida do regime geral.

Assim, os valores das pensões mínimas do regime geral que estão indexadas ao salário mínimo nacional serão actualizadas, já a partir de 1 de Dezembro, em cinco por cento, passando a variar (proporcionalmente aos anos de carreira contributiva) entre os 38.760 escudos (para 15 e 16 anos de carreira) até aos 59.630 escudos (para 40 anos de carreira ou mais).

Ainda antes do debate na generalidade do Orçamento de Estado para 2001, o Executivo divulgará os valores dos aumentos de pensões a pagar a partir de Dezembro de 2000 no que respeita às pensões mínimas do regime geral para pensionistas com menos de 15 anos de carreira contributiva, pensionistas do regime especial da Segurança Social dos Activos Agrícolas, pensionistas da pensão social, assim como os aumentos de pensões acima da mínima do regime geral. Em Dezembro de 2000 todos os pensionistas de todos os regimes terão aumentos de pensões.

CRIADA «AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA»

O Executivo socialista aprovou, no dia 26, um decreto que facilita a legalização de estrangeiros em Portugal, mas penaliza fortemente as empresas com mão-de-obra ilegal.

O diploma cria a figura da «autorização de permanência» para os cidadãos estrangeiros que tenham uma proposta ou contrato de trabalho e alarga a possibilidade de concessão de autorização de residência, com dispensa de visto prévio, aos que tenham sido militares das forças armadas portuguesas.

Esta possibilidade é ainda extensiva, segundo o decreto aprovado, aos que sofram de doença que requiera assistência médica prolongada e que impeça o regresso ao país de origem.

Abrangidos serão igualmente os estrangeiros que vivam em união de facto com cidadãos portugueses ou com residentes legais em Portugal.

Os estrangeiros poderão solicitar a «autorização de permanência» desde que não tenham antecedentes criminais graves, não possuam indicação de não admissão no sistema de informações Schengen, nem tenham sido objecto de medida de afastamento do território.

Quanto à proposta de contrato de trabalho, deve ser acompanhada de informação da Inspeção-Geral de Trabalho, determina ainda o decreto-lei apresentado na passada quinta-feira pelo ministro da Administração Interna, Severiano Teixeira.

«Até à aprovação de um relatório do Governo onde conste a previsão anual de oportunidades de trabalho por sectores de actividade, podem ser concedidas autorizações de permanência a estrangeiros nas condições referidas»,

acrescenta o documento.

Após a aprovação do primeiro destes relatórios anuais, a concessão de autorizações de permanência deve respeitar as necessidades aí referenciadas.

O decreto permite o acesso à autorização de residência aos estrangeiros com autorização de permanência por um período ininterrupto de cinco anos e ainda aos titulares de visto de trabalho por um período de três anos seguidos.

Além disso, possibilita a concessão de vistos de estada temporária aos familiares dos titulares de visto de trabalho e autorização de permanência, favorecendo assim o reagrupamento familiar.

Ao abrigo da nova legislação, o crime de angariação de mão-de-obra ilegal é punível com prisão até cinco anos e sujeito a coimas que vão de 300 a 4900 contos para as empresas que empreguem estrangeiros em situação ilegal.

«São responsabilizados solidariamente pelas dívidas salariais e fiscais do empregador de imigrante ilegal o empregador, o utilizador e o dono da obra, este último quando não obtenha do empregador declaração de cumprimento das obrigações decorrentes do diploma», lê-se no texto.

Incorre em responsabilidade disciplinar o funcionário que por culpa própria não obtenha a declaração.

O novo decreto obriga todos os serviços da Administração Pública ao dever de se certificarem que as entidades com as quais celebram contratos não recebem trabalho prestado por imigrantes ilegais, «podendo rescindir com justa causa os contratos com o empregador faltoso sempre que verifique tal prática», diz ainda.



O Conselho de Ministros aprovou:

- A actualização do salário mínimo nacional;
- Uma resolução que consagra o Programa Integrado da Cooperação Portuguesa 2001 que integra o Programa de Apoio à Transição em Timor-Leste;
- Uma resolução que define uma política de apoio ao desenvolvimento do ensino superior nos Países Africanos de Língua Portuguesa e aprova um conjunto de medidas de médio e curto prazo neste domínio;
- Um decreto-lei que cria uma licença especial para o exercício de funções ou de interesse público nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa por funcionários da administração pública central;
- Um decreto-lei que estabelece a Lei Orgânica do Instituto da Cooperação Portuguesa;
- Um diploma que altera o decreto-lei que criou o cargo de comissário para o apoio à transição em Timor-Leste;
- Assinalar o Dia Nacional da Desburocratização mediante um balanço das principais medidas tomadas ao longo do ano;
- Uma resolução que assegura, através do Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, o desenvolvimento progressivo de uma rede de postos de atendimento personalizado com recurso às novas tecnologias, mediante o acesso remoto a serviços públicos disponibilizados através da rede privativa de comunicações das Lojas do Cidadão;
- Uma resolução que cria, no âmbito do INFOCID – Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão, o «Serviço Público Directo»;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;
- Um decreto-lei que fixa a reorganização curricular do ensino básico;
- Um decreto-lei que estabelece a revisão curricular do ensino secundário;
- Um decreto-lei que aprova o regime jurídico de licenciamento das áreas de localização empresarial;
- Um decreto-lei que institui um novo regime jurídico de acesso à actividade dos transportes rodoviários de passageiros por meio de veículos com mais de nove lugares e de organização do mercado de transportes não regulares;
- Um decreto-lei que permite a renovação dos contratos de trabalho a termo certo dos trabalhadores que, se encontrem a prestar serviço nos postos de atendimento dos serviços públicos das Lojas do Cidadão de Lisboa e do Porto;
- Um diploma que altera o decreto-lei que consagra o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- Um diploma que altera os Anexos II e IV do decreto-lei que reorganiza sob forma empresarial a gestão da carteira de títulos do Estado e do património imobiliário público através da criação da Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Equipamento Social;
- Um decreto-lei que coloca as escolas superiores de enfermagem e de tecnologia da saúde pública sob tutela exclusiva do Ministério da Educação e procede à reorganização da sua rede, bem como cria os Institutos politécnicos da Saúde de Coimbra, Lisboa e Porto;
- Um decreto-lei que regula a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados, transpondo para a ordem jurídica interna a correspondente legislação comunitária;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo por troca de notas entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o estatuto das Forças Armadas Portuguesas no decurso de estadas temporárias na República Federal da Alemanha, assinado em Bona em 29 de Abril de 1998;
- Uma resolução que ratifica as normas provisórias para a área a abranger pelo Plano de Urbanização de Vila Pouca de Aguiar;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Quinta do Ribeiro;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor dos Centros Históricos do Crato e Flor da Rosa, no município do Crato;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor das Rãs, no município de Santo Tirso;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Faro;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao Plano Director Municipal de Soure;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização de Vila de Rei, no município de Vila de Rei;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona Adjacente à Rua Alberto Sampaio, em Outeiro – Calendário, do município de Vila Nova de Famalicão.

RENOVAR A LÓGICA DO SISTEMA

O Conselho de Ministros deu carta branca, no dia 26, a uma resolução que aprova o Programa Integrado da Cooperação Portuguesa 2001 que inclui o Programa de Apoio à Transição em Timor-Leste.

Em 2001, encerrar-se-á um importante ciclo de reforma do sistema de cooperação portuguesa, iniciada ainda na legislatura anterior, norteada pelo objectivo de conferir a este sector da política do Governo português mais rigor e mais eficácia na prossecução dos objectivos que a guiam e que constam no Documento de Opções Estratégicas da Cooperação Portuguesa, aprovado em 1999.

A aprovação anual do Programa Integrado de Cooperação e do respectivo orçamento, permite hoje conhecer as dotações que, dispersas por todos os ministérios e por muitas dezenas de serviços são anualmente afectas à cooperação para o desenvolvimento, evidenciando o esforço que o Estado desenvolve, na promoção de iniciativas de ajuda ao desenvolvimento.

Pela primeira vez, em 2001, as despesas de cooperação dos diferentes ministérios aparecem inseridas em mapa próprio – Mapa XII do Orçamento do Estado –, introduzindo uma lógica nova de programação da actividade dos ministérios no sector da cooperação, vinculando os serviços a um princípio de responsabilização na execução dos compromissos assumidos.

A partir de 2001, o PIC deverá dar expressão anual aos compromissos decorrentes dos



Programas Indicativos Nacionais de Cooperação, de médio prazo, com o horizonte de três anos, assinados com todos os países de concentração da nossa ajuda. Depois da assinatura em 2000 dos programas com Angola e Guiné-Bissau, estão em vigor programas com todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Verifica-se assim, a partir de agora, uma

mudança significativa no planeamento e programação da nossa política de cooperação.

Os Programas Indicativos Nacionais são discutidos e negociados com os governos dos países destinatários, de acordo com as suas próprias necessidades, e com as suas próprias opções estratégicas de desenvolvimento, devendo o Orçamento do Estado assegurar anualmente, as dotações

financeiras necessárias à satisfação dos compromissos assumidos.

A reforma do sistema de cooperação será complementada durante o ano de 2001 através de um conjunto de medidas visando reforçar a nossa acção em quatro domínios essenciais:

- Melhorando a nossa acção no terreno, pela instalação das delegações técnicas de cooperação, já criadas por decreto-lei, visando reforçar a nossa capacidade de forma mais descentralizada, implementar e acompanhar a execução dos programas de cooperação;

- Reforçando a nossa participação no sistema multilateral, aproveitando a grande visibilidade e acção que Portugal tem tido nos últimos anos nesse sistema, seja no quadro do nosso envolvimento do processo de Timor, seja no quadro das Cimeiras Ibero-americanas, ou, durante a presidência portuguesa da União Europeia, com a realização da Cimeira Europa-África e fecho das negociações e assinatura da nova Convenção de Cotonou.

Um conjunto de acções e medidas serão adoptadas nesse sentido durante os próximos meses;

- Potenciando o envolvimento da sociedade civil portuguesa na implementação dos objectivos da cooperação, através de relações de maior participação do sector não governamental.

A apresentação ainda neste ano de uma proposta de Lei à Assembleia da República que defina um novo estatuto do cooperante constitui um passo essencial;

- Aproveitando melhor os recursos os instrumentos existentes em diferentes departamentos em domínios convergentes das políticas de internacionalização das empresas portuguesas, da promoção do comércio externo e da ajuda ao desenvolvimento.

PALOP: Educação em parceria

O Executivo socialista deu luz verde, na reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira, à resolução que define uma política de apoio ao desenvolvimento do ensino superior nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), aprovando ainda um conjunto de medidas de médio e curto prazo neste domínio.

Este diploma define uma política que valoriza a formação de quadros e o avanço do conhecimento na perspectiva do desenvolvimento sustentado e contribui para a estruturação das capacidades institucionais e nacionais do ensino superior dos PALOP.

São assim criadas medidas, a médio prazo, no sentido de encorajar o estabelecimento de parcerias institucionais com vista à criação de cursos superiores em áreas estratégicas e à promoção de projectos piloto de mobilidade e intercâmbio de professores e estudantes do ensino superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Promove-se, igualmente, o apoio ao

estabelecimento e concretização de programas nacionais de formação pós-graduada dos PALOP, nomeadamente de docentes do ensino superior e de investigadores.

Propõe-se também o subvencionamento de programas faseados de apetrechamento de bibliotecas e laboratórios do ensino superior e o apoio financeiro e técnico à criação ou à consolidação de sistemas de ensino superior dos PALOP.

Aponta-se ainda para uma necessária reformulação do sistema de passagem do ciclo de estudos do ensino superior ao ciclo de estudos do ensino superior.

Um conjunto de medidas imediatas destinadas a reformular o processo de concessão de bolsas a estudantes e quadros dos PALOP para a formação em Portugal são igualmente enunciadas no diploma aprovado.

Licença para funções de interesse público

Os ministros aprovaram, ainda na passada

reunião do Conselho, um decreto-lei que cria uma licença especial para o exercício de funções ou de interesse público nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa por funcionários da administração pública central.

Este diploma visa possibilitar o exercício de funções públicas ou de interesse público nos PALOP, no quadro das responsabilidades de Portugal no domínio da cooperação com aqueles países.

A licença pode ser concedida, por períodos de duração não superior a dois anos, renováveis, até ao limite de quatro anos, a funcionários dos serviços da administração pública central, incluindo os institutos públicos na modalidade de serviços personalizados, fundos públicos e estabelecimentos públicos.

A referida licença é concedida por despacho conjunto do membro do Governo que tutela o serviço de origem do funcionário e do ministro dos Negócios Estrangeiros, a solicitação das autoridades competentes do país interessado e com a anuência do funcionário.

PROJECTO «DÉJÀ VU» LARANJA CRITICADO À ESQUERDA

O projecto de Lei de Bases da Família apresentado pelo PSD mereceu no dia 25 a oposição de toda a esquerda parlamentar. Com esta iniciativa, o PSD pretendia recolocar a questão da família na agenda política, reiniciando em matérias que apresentou na última sessão e que foram chumbadas pelo Parlamento.

Curioso verificar que a direita que tanto defende a família no seu discurso, é a mesma que propõe projectos de sociedade assentes no liberalismo, logo geradores de desigualdade, pobreza e exclusão; portanto, na prática, nada propiciadores a famílias estáveis.

Uma postura hipócrita tão característica da direita, de que Paulo Portas com o seu aparente discurso a favor dos pobrezinhos é o paradigma máximo, secundado agora sempre de perto por Durão Barroso, no âmbito de uma luta fratricida pela liderança da direita.

Durão, portas e populismo

Agora que o vale tudo parece finalmente não estar a render, Durão e Portas que se cuidem. O seu futuro não se afigura brilhante.

Para a bancada socialista, a iniciativa do PSD repete o que está estipulado na Constituição da República.

A acusação foi formulada pela deputada Maria de Belém e, mais tarde, repetida pelo secretário de Estado-adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade.

«O projecto repete dispositivos

constitucionais», acusou Rui Cunha. «Para o PSD, a família fará parte da agenda política do futuro; para o Governo ela já está na primeira página dessa agenda», acrescentou o secretário de Estado.

Apoios à iniciativa laranja vieram apenas do CDS/PP e de independentes do PS, como Maria do Rosário Carneiro, que se mostraram disponíveis para discutir o projecto em sede de especialidade.

Sinais de erosão

Na sua intervenção, Maria do Rosário Carneiro referiu que «num momento, como é o presente, em que as famílias estão a ser sujeitas a importantes modificações na sua estrutura, em que o tecido social apresenta sinais evidentes de erosão, em que a anomia invade os compromissos sociais, imperioso se torna encontrar formas de revitalização dos traços essenciais deste grupo».

Neste contexto, considerou que «não é tolerável que as famílias afectadas por crises de rotina, de passividade e de descompromisso social sejam levadas a fechar-se sobre si próprias, e deixem de preencher as funções de que depende a sociedade no seu todo».

Para a deputada independente Maria do Rosário Carneiro, o debate sobre o projecto laranja é o pretexto para «recolocar a família no quadro da definição da acção política, reconhecendo-a como detentora de identidade e individualidade próprias e célula-base da sociedade».

J. C. CASTELO BRANCO

NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS



O projecto de lei laranja que pretende estabelecer uma Lei de Bases da Política de Família é «desnecessário» e «enferma de um erro de base».

A crítica foi lançada, no passado dia 25 de Outubro, na Assembleia da República, pela deputada socialista Maria de Belém.

A parlamentar catalogou como erro de base a pretensão da bancada do PSD de definir, com a sua iniciativa legislativa, a «política da família», uma vez que esta competência não pertence ao Parlamento e sim ao Governo.

O Executivo, esse, tem cumprido a tarefa, conforme confirma Maria de Belém ao elencar as concretizações legais das prioridades contidas nos programas do XIII e XIV Governos Constitucionais, relativamente a esta matéria.

O Plano para uma Política Global de Família, aprovado pelo Executivo de Guterres em 1999, é um dos exemplos citados pela deputada, que apontou para a lógica de transversalidade e integração que precedeu à elaboração desta estratégia.

«Efectivamente, uma Política Global de Família não pode ser executada através da mera soma das políticas sectoriais classicamente exercidas, mas através da avaliação do impacto de cada uma delas na família e de uma integração dos múltiplos aspectos que elas assumem, com o objectivo de proporcionar respostas globais a problemas globais», reiterou.

Para Maria de Belém, tudo isto encaminha-se no sentido de alcançar o que o Executivo socialista chamou «desígnio nacional» – ultrapassar, no prazo de uma geração, o atraso estrutural que nos separa do Centro da União Europeia –, assumindo que «a nova geração das políticas sociais, tendo a família como foco, são um instrumento essencial para alcançar esse desígnio».

A deputada do PS acrescentou que, na opinião dos parlamentares socialistas, o diploma laranja não tem razão de ser porque é repetitivo, «não significando nenhum desenvolvimento relativamente à Constituição».

«Pelo contrário, (a iniciativa laranja) pode ser vista como um rearrumação ou uma diferente sistematização em instrumento evidentemente menos nobre daquilo que a Lei já consagra», explicou Maria de Belém. Esclarecendo que o GP/PS não é contra a definição de uma Política de Família, a deputada reiterou que a Constituição da República já consagra o estatuto e a natureza da família enquanto elemento fundamental da sociedade de forma clara e específica.

Ao finalizar a sua intervenção, Maria de Belém não deixou de referir a tarefa fiscalizadora da Assembleia da República no que respeita à actuação do Governo neste sector, assumindo o compromisso de «promover um debate público que permita aprofundar a definição de novas metas calendarizadas e dar condições práticas às famílias para o exercício dos direitos que a Constituição lhes atribui e reconhece».

MARY RODRIGUES

EM NOME DO SONHO, DA ESPERANÇA E DA SOLIDARIEDADE



«A juventude é sinónimo de sonho, de optimismo e de solidariedade. E faz o mundo pular e avançar. Mesmo quando em praças tanques procuram esmagar vontades e

esperanças de um mundo melhor», sublinhou no Parlamento a camarada Mafalda Troncho

A deputada Mafalda Troncho, que intervinha durante a discussão do projecto de resolução da JS que aprova medidas de combate a factores de risco na adolescência e na juventude, sublinhou que «à excepção do consumo de álcool, onde se bebe de mais e cada vez mais cedo, Portugal, ao nível dos outros factores de risco identificados, não apresenta ainda os preocupantes índices europeus».

No entanto, adiantou, «todos os estudos, apontados no projecto, apontam para uma rápida importação de factores de risco que são hoje emergentes. Mas ainda estamos a tempo de prevenir, de apostar nos factores de protecção».

Aposta na prevenção

Para a deputada socialista, «a Assembleia da República, ao aprovar este projecto de resolução, estará a dar um sinal caro da sua preocupação com o bem-estar dos jovens. A assumir, no seu espaço de actuação, que quer ser parte activa na prevenção».

Acrescentou que a Assembleia da República «patrocinará o estudo e o debate, em parceria com especialistas e todas as entidades interessadas neste tema».

J. C. C. B.

Visite o site do Partido Socialista



www.
ps.
pt

LAGE FAVORÁVEL À REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CO₂ NA EUROPA

O eurodeputado socialista Carlos Lage produziu no dia 25, em Estrasburgo, uma declaração escrita sobre as políticas europeias relativas às alterações climáticas, na qual sublinhou a necessidade de a União Europeia (UE) respeitar os compromissos que assumiu no protocolo de Quioto, que apontam para o objectivo da redução do nível de dióxido de carbono existente na atmosfera, entre 2008 e 2012, para cerca de oito por cento do valor registado em 1990.

Carlos Lage sustenta que a dupla abordagem proposta pela Comissão Europeia na sua comunicação «Rumo a um programa europeu para as alterações climáticas» não fornece razões para optimismos.

Segundo salientou o eurodeputado socialista, as vias propostas do reforço das políticas à escala comunitária e da utilização do sistema de transacções de quotas de emissão, com o objectivo de reforçar a eficácia das estratégias europeias, não serão suficientes, correndo-se mesmo o risco de o nível de CO₂ poder aumentar em seis por cento no Velho Continente, e não baixar os oito por cento, tal como se pretendia.

Relativamente à situação portuguesa, Carlos Lage referiu, na sua declaração,

que, apesar de o nosso país gozar de um estado de aparente privilégio nesta matéria, a tomada de medidas eficazes para combater esse aumento não deverá continuar a ser adiada, sob pena de, dentro de pouco tempo, Portugal estar também a violar os acordos estabelecidos.

Combate ao branqueamento de capitais

O projecto de relatório do vice-presidente do PE, camarada Luís Marinho, sobre a adopção de uma decisão-quadro do Conselho relativa ao combate ao branqueamento de capitais, foi aprovado no dia 24 em Estrasburgo, numa reunião da Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos da UE.

No seu relatório, o eurodeputado socialista propõe a rápida adopção da referida decisão-quadro, como forma de garantir a criação de condições ideais para a luta contra o branqueamento de capitais na UE. Segundo o camarada Luís Marinho, a decisão-quadro tem a virtude de impor a obtenção de resultados concretos neste domínio a todos os Estados-membros, e de permitir o seu controlo judicial. «a posteriori», pelo Tribunal de Justiça. **J. c. c. b.**

PE FAVORÁVEL A UMA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

O Parlamento Europeu (PE) está empenhado num texto constitucional que integre os valores fundamentais, os direitos dos cidadãos e a organização de instituições, reestruture e esquematize os tratados da união. Os deputados adoptaram no dia 25 uma resolução neste sentido, apresentada pelo socialista francês Olivier Duhamel, que justifica a criação de uma Constituição Europeia e define a via para a atingir.

Aprovada por 395 votos a favor, 105 contra e 42 abstenções, a resolução salienta, nomeadamente, que a arquitectura comunitária não responde aos parâmetros de democracia, transparência e simplicidade exigidos pelos cidadãos, apesar dos cuidados tidos com o Tratado de Amsterdão. Propõe que os actuais tratados sejam substituídos por um único Tratado-Tipo, inteligível e breve, contendo apenas disposições fundamentais sobre a natureza constitucional, designadamente a atribuição e repartição dos poderes e as questões institucionais.

As restantes disposições, como aquelas que incidem nas políticas comuns, seriam relegadas para protocolos anexos. O documento adoptado pelo Parlamento sugere um método para a elaboração de uma futura Constituição Europeia.



Adianta que o processo constitucional seja lançado por ocasião da Cimeira de Nice (7 e 8 de Dezembro), com uma declaração de mandato para procedimento e calendarização, conducentes à redacção do texto. O PE considera que a elaboração da Constituição europeia deve ser confiada a uma instância semelhante à «convenção» encarregue de redigir a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, participada por representantes dos países candidatos à adesão.

Finalmente, anui em que a Constituição possa estar concluída antes das eleições europeias de 2004, assentindo em que os cidadãos sejam consultados – por via do referendo – em cada um dos países membros.

Bolsa de Estágio Francis Vals no Parlamento Europeu em Bruxelas

Período de estágio: 12 de Fevereiro a 12 Julho de 2001
Valor de Bolsa: 40 000FB/mês

Condições exigidas:

Idade inferior a 30 anos
Inscrição na JS ou no PS
Ter curso superior ou frequência de 3 anos em estabelecimento de ensino superior
Bom conhecimento de duas línguas da UE (exp.: português e outra)

As candidaturas devem conter:

Carta com exposição de motivos da candidatura
Currículo detalhado

Entregas das candidaturas até 30 de Novembro de 2000
Envio das candidaturas para:
Delegação dos Socialistas Portugueses
Edifício Jean Monnet, 1 – 6º
1269-070 Lisboa

Telf: 21 3142305
Fax: 21 3193267

PORTUGAL GANHA ARGUMENTO SOBRE QUOTAS NOS AÇORES

Portugal ganhou um argumento adicional na sua estratégia de invocar a «ultrapericidade» dos Açores para conseguir um regime de excepção que permita resolver o problema da ultrapassagem da quota de leite no arquipélago.

A opinião favorável à tese que Portugal tem defendido junto da Comissão Europeia é prestada por um relatório sobre as regiões ultraperiféricas da União Europeia, aprovado no Parlamento Europeu no dia 25, que prevê medidas excepcionais para estes territórios, que estão «entre os mais pobres da UE».

Este ano, os produtores de leite dos Açores foram multados em 4,5 milhões de contos por terem ultrapassado em 63 mil toneladas a quota de produção fixada por Bruxelas (um milhão e 865 mil toneladas), não podendo o Estado substituir-se aos agricultores no pagamento.

A estratégia em curso consiste na tentativa de obter para os Açores um regime de excepção com base na sua situação de região ultraperiférica, o que permitiria retirar da quota nacional a quantidade de leite equivalente ao consumo das ilhas, ou seja, 74 mil toneladas.

O documento aprovado apela à Comissão Europeia para que «promova uma adaptação» da política agrícola comunitária e «outras medidas de apoio à produção agrícola» às «particularidades das produções ultraperiféricas, fundamentalmente nas (políticas agrícolas) que afectam mais directamente as produções agrícolas destas regiões», entre as quais a de produtos lácteos.

Para o eurodeputado socialista Paulo Casaca, apesar de a posição do PE não ter poder vinculativo, «será impossível à Comissão Europeia ignorar aquilo que o PE decidiu».

«Acho que a Comissão vai ser obrigada a avançar na adopção de adaptações específicas da Política Agrícola Comum (PAC) às regiões ultraperiféricas, concretamente as regulamentações relativas ao leite nos Açores», disse.

Relativamente aos Açores, o eurodeputado explica que no arquipélago, não só o preço do leite «é mais baixo do que na generalidade do território», nomeadamente nas ilhas mais pequenas, como «algumas delas, não existe rigorosamente mais nenhuma actividade económica».

LARES DE IDOSOS VÃO TER CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Os lares de idosos vão ser obrigados a ter certificação de qualidade, já a partir do próximo ano, anunciou o secretário de Estado Adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha.

«O Ministério do Trabalho e da Solidariedade, em conjunto com o Ministério da Economia, vai proceder, pela primeira vez em Portugal, à certificação dos lares de idosos», afirma Rui Cunha.

Também pela primeira vez, os lares vão passar a ter uma legislação comum, independentemente da titularidade do seu capital. Ou seja, as regras serão as mesmas para todos, quer sejam estabelecimentos públicos, da rede solidária ou privados.

«Esta acção insere-se numa política voltada para o rigor e a qualidade», garante o secretário de Estado.

O processo de certificação baseia-se numa adaptação da norma internacional ISO 9001. O projecto está, neste momento, a ser apreciado pelos parceiros sociais, mas Rui Cunha acredita que as candidaturas possam começar a ser feitas a partir de Novembro.

Uma das regras fundamentais que a nova legislação vai impor é a de existência de um director técnico para cada lar.



A obtenção da certificação de qualidade ficará dependente do cumprimento desta regra.

«Queremos que, em 2001, todos os lares de idosos tenham um director técnico responsável pelo equipamento», diz o governante.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade considera que a melhoria dos serviços aos idosos passa, também, pela maior qualificação dos agentes.

Por isso, vai obrigar a que os trabalhadores dos lares tenham formação específica.

Aposta na formação do pessoal

«O nosso objectivo é chegar ao fim da legislatura com 80 por cento do pessoal que trabalha com pessoas idosas com a devida formação profissional», sublinhou o secretário de Estado.

A formação do pessoal será feita em coordenação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que «assegurará a substituição dos técnicos enquanto decorre a sua formação».

O processo de certificação ajudará a credibilizar o sistema e garantir níveis de qualidade aos utentes.

As inspecções vão continuar, mas Rui Cunha sustenta que, «neste âmbito, têm uma óbvia função pedagógica».

«A maioria dos relatórios dessas inspecções são no sentido de proferir recomendações para auxiliar o funcionamento, só em casos extremos é que se procede a participações ao Ministério Público», explica.

Inspecionados 457 lares

Em Setembro, foi feita uma inspecção a

457 instituições. Foram encerrados 44 lares de idosos que não reuniam as condições mínimas de funcionamento. Cerca de 80 por cento dos lares inspecionados foram multados e o valor das coimas ascendeu a 389 mil contos.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade pretende, também, incentivar o desenvolvimento do sector privado nesta área, começando pela desburocratização do processo de licenciamento, acelerando a obtenção do alvará.

Estes novos processos vêm secundar as linhas de apoio financeiro já existentes. «A taxa de cobertura dos idosos por institucionalização, que neste momento se situa nos 3,2 por cento, não deverá ultrapassar os 4 por cento, segundo as recomendações da União Europeia, por isso, é fundamental incentivar o sector privado e também o apoio domiciliário», acrescenta.

O ministério de Eduardo Ferro Rodrigues prevê que, até ao final do ano, cerca de 50 mil pessoas possam ser abrangidas pelo apoio domiciliário.

O objectivo é chegar a 2003 com um total de 80 mil pessoas a beneficiarem deste tipo de serviço.

MAIOR FATIA DE INVESTIMENTO VAI PARA O EQUIPAMENTO SOCIAL

O Ministério do Equipamento Social vai ter a maior fatia do investimento público, no próximo ano, absorvendo 34 por cento do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), apresentado, no dia 27, pela ministra do Planeamento.

O ministério de Jorge Coelho vai contar com 420,5 milhões de contos para investimento. Elisa Ferreira explicou, em conferência de Imprensa, que as acessibilidades representam a maior parte do financiamento deste primeiro dos «grandes blocos gastadores» do PIDDAC. Este bloco inclui o reforço das vias de ligação rodoviária, a modernização dos caminhos-de-ferro, investimento em linhas de metropolitano e a aposta na intermodalidade dos transportes.

O PIDDAC para 2001 regista um aumento de 15,6 por cento para 1.241 milhões de contos, apesar da «preocupação de contenção de despesa» e tendo sempre em



conta que o investimento público tem sido um «importante motor da economia». Elisa Ferreira explica que houve uma

«cuidada» articulação de dinheiro oriundo dos impostos e dos apoios de Bruxelas, «poupando os recursos próprios e maximizando o papel de alavancagem dos fundos comunitários».

O capítulo 50, respeitante aos financiamentos estritamente públicos, contribui com 541 milhões de contos para o PIDDAC. Isto representa um aumento de 4,5 por cento, face ao ano em curso.

Os fundos comunitários aumentam 25,3 por cento para 545 milhões de contos. A contribuição de outras fontes de financiamento totaliza 155 milhões de contos.

A actividade produtiva fica com 30 por cento do PIDDAC, abrangendo os ministérios da Economia, com 155,8 milhões de contos, e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, com 210,8 milhões de contos.

As áreas sociais representarão, também, 30 por cento do investimento previsto. A educação terá 86,5 milhões de contos, a saúde 64,7 milhões, a ciência e tecnologia

56 milhões, o ambiente 55,2 milhões, o planeamento 42,2 milhões, o trabalho e solidariedade 41,4 milhões, e a cultura 25 milhões.

Por regiões, Lisboa e Vale do Tejo vai receber 369 milhões de contos. Elisa Ferreira explica que esta região «continua a receber apoio nivelado, relativamente aos anos anteriores. No entanto, as apostas no resto do território visam reequilibrar» a distribuição e atingem um crescimento de 60 por cento.

O Norte vai, assim, receber 354 milhões de contos (contra 313 milhões este ano), o Centro 210 milhões de contos (176 milhões), Alentejo 99 milhões (79 milhões) e Algarve 50 milhões de contos (45 milhões).

Apesar de Lisboa e Vale do Tejo ter ultrapassado o limite do rendimento por habitante de 75 por cento da média comunitária (percentagem a partir da qual as regiões deixam de receber apoios para desenvolvimento regional), a ministra diz que «subsistem muitos desequilíbrios» nesta região e, por isso, é «importante» manter os apoios.

MAIS DINHEIRO PARA «PRIORIDADE POLÍTICA INDISCUTÍVEL»

O ministro José Sócrates considerou, no dia 27, que a proposta do Orçamento de Estado para o Ambiente traduz o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e a assunção de «uma prioridade política indiscutível».

O Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território teve uma subida de investimento na ordem dos 18,3 por cento em comparação com o orçamento de investimento em 2000, segundo dados avançados pelo próprio ministro.

Sócrates, que desde a saída do Governo de Fernando Gomes ficou com a pasta da Administração Local, pode contar no próximo orçamento com uma despesa global de 483 milhões de contos, quando, este ano, a despesa orçamentada para o seu ministério era apenas de 57,5 milhões de contos.

José Sócrates defendeu, na passada sexta-feira, na Comissão de Administração e Ordenamento do Território, Poder Autárquico e Ambiente da Assembleia da República, que o aumento em relação ao



ano 2000 se justifica pela aposta em quatro pilares políticos ambientais que são «essenciais»: conservação da natureza,

recursos hídricos, resíduos e política das cidades.

A aposta na conservação da natureza constitui, para o governante, um «investimento histórico», que corresponde a 7,3 milhões de contos, o que representa uma subida de 64 por cento no investimento nesta área.

Contudo, o Instituto para a Conservação da Natureza vê a sua despesa crescer 9,5 por cento, ou seja, para cerca de oito milhões de contos.

Outra prioridade, segundo Sócrates, é a política das cidades, já iniciada em 1999 e que este ano conta com um investimento de 19 milhões de contos, sobretudo graças à aplicação do Programa Polis em 18 cidades portuguesas.

Os recursos hídricos são outro pilar da política ambiental para 2001. Sócrates disse que pretende resolver em seis anos o problema do saneamento básico do País, por isso a aposta vai dirigir-se para as infra-estruturas de apoio.

Ainda no âmbito dos recursos hídricos, o ministro considerou primordial, face à conclusão do planeamento, dotar o País de estruturas de gestão para aplicar os planos dos recursos hídricos.

No que respeita à outra área prioritária para o Ministério do Ambiente – os

resíduos – Sócrates conta «acabar com todas as lixeiras do País» e afirmou à Comissão do Ambiente da Assembleia da República que essa «vai ser a grande aposta».

O governante remontou a 1995 para mostrar a «eficácia» do Executivo socialista, dizendo que nesse ano havia 300 lixeiras municipais e que, neste momento, apenas falta erradicar seis.

Outro dos argumentos de Sócrates para convencer os deputados da Comissão do valor do Orçamento para 2001 foi o aumento das verbas da autarquias locais, agora sob a sua alçada.

«A aposta continuada no reforço do poder local», como comentou o ministro, reflecte-se numa proposta orçamental para 2001 de 403 milhões de contos. Ou seja, em relação ao ano 200 há uma evolução positiva de 13,3 por cento.

«Esta aposta na administração local é uma marca política que honra o Governo, já que cumpre a orientação de reforçar o financiamento do poder local», explicou. O Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território deseja também ver alterada a lei das finanças locais, para cumprir um «princípio de solidariedade», permitindo que os municípios pequenos recebam mais e que os maiores recebam menos.

JUSTIÇA

Combate à insegurança

CRIMES ECONÓMICO-FINANCEIROS NA MIRA

António Guterres apontou o combate à criminalidade económica e financeira como uma prioridade, salientando a necessidade de alcançar «níveis de eficácia semelhantes aos já alcançados em relação aos crimes tradicionais».

«Estamos ainda muito longe de o conseguir. Só com uma cooperação internacional muito eficaz é hoje possível combater uma criminalidade que já não é nacional, mas sim global», frisou o primeiro-ministro em declarações aos jornalistas, no final da inauguração das novas instalações da Polícia Judiciária do Porto, que decorreu no passado dia 27.

Segundo o chefe do Governo, Portugal vive «um momento de viragem» em relação ao combate à criminalidade, resultante da «excelente articulação» entre os ministérios da Justiça e da Administração Interna, da entrada em vigor da nova lei orgânica de investigação criminal e da «cooperação eficaz» entre PJ, PSP e GNR.

Dados divulgados pelo primeiro-ministro referem que «actualmente, mais de 90 por cento dos crimes de homicídio são descobertos em Portugal e em relação à onda de assaltos a gasolinhas mais de 80 por cento são resolvidos».

Guterres frisou que «nos casos em que

houve violência forte, foram efectivamente todos descobertos».

São números que, segundo António Guterres, revelam a existência de «uma polícia eficaz e da qual os portugueses se devem orgulhar» e que justifica «o empenhamento do Governo, que se traduz num reforço de meios humanos e materiais».

«O grande desafio que se coloca actualmente em todo o mundo às polícias de investigação tem a ver com a necessidade de se modernizarem e ganharem meios necessários para combater formas de criminalidade que são hoje extremamente sofisticadas e que recorrem a tecnologias extremamente aperfeiçoadas», sublinhou.

O novo edifício da Polícia Judiciária representa um investimento de três milhões de contos e irá albergar os Serviços de Investigação, a delegação do Porto do Laboratório da Polícia Científica, o Gabinete dos Serviços de Apoio e Administrativo e o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística, até agora dispersos pela cidade.

Com uma área coberta de 3600 metros, as novas instalações permitirão a concentração de todos os serviços da Direcção do Porto da PJ.

LOUSÁ

Novas tecnologias

ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO COM ACESSO À INTERNET

Dotar as crianças nas escolas com as ferramentas do futuro é uma das principais apostas do Governo do PS, no quadro da sua política de democratização do acesso às novas tecnologias.

Todas as escolas do primeiro ciclo do concelho da Lousã dispõem já de computadores com acesso à Internet, em resultado de um acordo entre a Câmara Municipal e o Ministério da Ciência e Tecnológica.

Cada um dos 15 estabelecimentos daquele grau de ensino do concelho dispõe de um computador com ligação à rede e, brevemente, terão também uma impressora.

Na aquisição dos computadores foram investidos quatro mil contos (um para cada escola), com o Ministério da Ciência e Tecnológica a suportar 75 por cento desse valor e a autarquia a parte restante.

A câmara municipal tenciona adquirir, até final deste ano, uma impressora para cada uma das escolas.

No âmbito do programa «Internet nas

Escolas», do Ministério da Ciência, foram beneficiados os estabelecimentos de ensino localizados na Lousã, Santa Rita, Freixo, Fontainhas, Levegadas, Serpins, Vilarinho, Casal de Ermio, Casal de Santo António, Pegos, Prilhão, Foz de Arouce, Ponte Velha, Matas e Maria Mendes.

Através dos equipamentos, as escolas passam a ter um meio privilegiado de consulta ao que se passa em todo o mundo, nesta época de informação global. Cada aluno disporá também da sua própria caixa de correio electrónico, o que lhe permitirá receber e enviar mensagens de e para qualquer parte do globo.

A acção integra-se num projecto que a autarquia tem vindo a desenvolver para melhorar o material escolar e as condições físicas das escolas, que implicou investimentos, nos últimos meses, de 70 mil contos, revelou o vereador Jorge Alves. Os equipamentos encontraram-se instalados desde o início deste ano lectivo, mas, neste momento, ainda não é possível avaliar as reacções por parte dos alunos.

RENOVAR PORTUGAL E COMBATER BUROCRACIA

O Governo assinou o Dia Nacional da Desburocratização com o lançamento de uma rede de Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC), o primeiro dos quais foi inaugurado, no dia 26, em Vila Franca de Xira, por António Guterres.

Trata-se de extensões das Lojas do Cidadão, a instalar nas sedes de concelho nos edifícios dos Correios e que vão permitir tratar de pedidos de substituição e revalidação de cartas de condução, entrega de reclamações e pedidos de informações ao Instituto do Consumidor.

O mesmo se passa, a nível da ADSE, com o pedido de passaporte azul e da alteração de morada e NIB, e ainda com pedidos de certidões do registo civil (nascimento, casamento e óbito).

Os PAC proporcionam também – a nível do Ministério da Saúde e da ARS – a inscrição nos centros de saúde e requisição do cartão de utente, actualização de dados pessoais e do agregado familiar.

Marcação e alteração de consultas, pedido de declaração de assistência médica e transferência do processo clínico poderão também ser tratados nestes postos de atendimento público.

Depois de Vila Franca de Xira, vão abrir os da Moita, Guimarães, Chaves, Mirandela, Gouveia, Covilhã, Figueira da Foz, Marinha Grande, Tomar e Elvas, todos eles a instalar nas respectivas estações dos CTT.

Entretanto, o Conselho de Ministros de quinta-feira aprovou também uma resolução que cria no âmbito do INFOCID – Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão – o «Serviço Público Directo».

Este novo serviço estará acessível através da Internet e da rede de máquinas multibanco de serviços, disponibilizando a partir de 1 de Janeiro de 2001 a requisição, com possibilidade de pagamento electrónico, de certidões dos registo Civil, Predial e Comercial.

O Conselho de Ministros fez também um balanço das principais medidas tomadas ao longo do ano corrente na área da desburocratização, uma das quais foi o desenvolvimento do projecto das Lojas do Cidadão, instaladas em Lisboa e Porto e que já realizaram mais de três milhões de atendimentos.

Até ao fim do ano deverão abrir as Lojas do Cidadão de Aveiro e Viseu, estando inscrita em PIDDAC para 2001 a abertura das de Coimbra, Leiria, Braga, Setúbal e de uma segunda loja em Lisboa.

O balanço inclui também o desenvolvimento da rede de Centros de Formalidades de Empresas, constituída por duas unidades em Lisboa, e outras no Porto, Coimbra, Setúbal, Braga e Loulé.

Na área da Justiça, o balanço destacou a eliminação da obrigatoriedade de escritura



pública de um conjunto de actos notariais e relativos à alteração de contratos e dissolução de sociedades.

O mesmo se passa quanto à obrigatoriedade de aceitação de fotocópias simples de documento autêntico ou autenticado para a instrução de processos administrativos gratuitos.

As medidas adoptadas incluem também o alargamento da competência para a conferência e certificação de fotocópias às juntas de freguesia, aos CTT e ainda às Câmaras de Comércio e Indústria, aos advogados e solicitadores.

Foi ainda destacada a admissão da instrução de actos e processos dos registos e do notariado com fotocópia de documento autêntico ou autenticado, assim como a possibilidade de criação de cartórios de competência especializada.

Este conjunto de medidas provocou já uma redução de actos notariais, tendo-se verificado em Agosto uma diminuição de 60 por cento de fotocópias certificadas em relação ao mesmo mês de 1999.

Ao mesmo tempo, os actos notariais relativos a arrendamentos decresceram 91 por cento, os relativos a trespasses diminuíram 81 por cento e os relacionados com a modificação do contrato de sociedade e a sua dissolução 74 por cento. Na área da Justiça foi igualmente salientada

a instalação de equipamento de videoconferências para inquirição de testemunhas, peritos e consultores técnicos e a instalação num conjunto alargado de tribunais de aplicação informática de gestão processual.

O próximo passo...

O primeiro-ministro garantiu, quinta-feira, que a segunda fase do processo de desburocratização do País está para breve e consiste em resolver os problemas dos cidadãos em casa, através da Internet.

No dia nacional da desburocratização, António Guterres explicou que o combate está a ser feito em duas etapas: a primeira consiste na criação de Lojas do Cidadão, Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC) e centro de formalidade de empresas, por todo o País e a segunda levará a administração pública a casa dos utentes. Esta segunda etapa, que «está em adiantada fase de preparação», permitirá aos cidadãos resolver os seus assuntos dependentes da administração pública na sua própria casa, através da Internet.

O Governo está «a renovar Portugal ao combater a burocracia». «Vamos ter um Estado tão amigo do cidadão que vai resolver-lhe os problemas em casa», salientou Guterres, no decorrer da

cerimónia inaugural do primeiro PAC do País, em Vila Franca de Xira.

Para explicar o que é um PAC, o primeiro-ministro comparou este serviço com um minimercado, «onde só se pode tratar de alguns assuntos mas não se precisa de ir de automóvel porque é perto de casa», e comparou as Lojas do Cidadão a um hipermercado (que fica um pouco mais distante mas oferece todos os serviços). Realçando a nova atitude do «Estado amigo», Guterres lembrou que as duas lojas do cidadão existentes (uma em Lisboa e outra no Porto) já atenderam três milhões de utentes, recebendo apenas mil reclamações.

O ministro da Reforma do Estado e Administração Pública, Alberto Martins, que também participou na inauguração do PAC de Vila Franca de Xira, garantiu que será aberto um posto idêntico na Moita ainda este ano e outros nove no decorrer do próximo ano em Guimarães, Chaves, Mirandela, Gouveia, Covilhã, Figueira da Foz, Marinha Grande, Tomar e Elvas.

Aludindo ao Dia Nacional da desburocratização, o ministro afirmou que as novas tecnologias podem ser usadas para concretizar novos desafios e para a modernização da administração pública. Os serviços prestados pelos PAC são assegurados por computador.



Albufeira

Campeonato nacional de jet ski

O município de Albufeira patrocinou a última prova do campeonato nacional de jet ski, que decorreu nos dias 28 e 29 de Outubro, na praia dos Salgados.



A autarquia atribuiu um subsídio no valor de 750 mil escudos à organização da prova, por considerar tratar-se de uma iniciativa que contribui para projectar Albufeira a nível dos desportos náuticos.

Câmara atribui subsídios de estudo

Para o presente ano lectivo, a autarquia atribuiu auxílios económicos aos alunos dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do concelho.

Os subsídios foram distribuídos por 1258 alunos em situação de carência económica.

Lisboa

Câmara cede espaços em Chelas para três associações

A Câmara Municipal de Lisboa cedeu três espaços em Chelas para instalar as sedes das associações SOS Racismo, Olho Vivo e a Novager – Associação dos Angolanos Residentes em Portugal.



O protocolo de cedência de espaços foi assinado nos Paços do Conselho pela vereadora da Acção Social, Maria Calado, os presidentes da Associação Olho Vivo e da Novager e um membro da SOS Racismo.

«São três associações com um trabalho notável no terreno na luta contra o racismo e a exclusão social», disse Maria Calado.

A SOS Racismo era a única associação com um espaço na capital, mas segundo José Falcão, membro da associação, «o prédio estava em muito mau estado e prestes a cair em cima do pessoal».

«Agradecemos esta prenda quando falta pouco mais de um mês para fazermos 10 anos de existência», disse José Falcão.

Segundo o protocolo, a SOS Racismo fica responsável pela promoção de conferências, projecções de filmes ou de vídeos, exposições sobre temas ligados ao racismo, criação de um espaço para alfabetização, biblioteca, atendimento jurídico, atendimento ao público e secretariado.

A Olho Vivo, sem sede na capital, fica agora encarregue de criar no espaço cedido pela autarquia uma zona de recepção e secretariado, sala de reuniões, assim como promover actividades de formação, coordenar o centro de apoio ao imigrante, o centro de cultura Timorense e Solidariedade e o centro de estudos de Património e Ambiente.

A autarquia assinou ainda um protocolo com a Novager-Associação dos Angolanos Residentes em Portugal, que, de acordo com o presidente da associação, Ambrósio Lima Serra, «vai dar uma melhor continuidade aos projectos que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos quatro anos». Segundo o protocolo, a Novager fica responsável pela orientação do serviço de apoio à reinserção social de reclusos africanos e respectivos familiares, apoio à inserção de imigrantes africanos, colaboração com o Banco Alimentar na distribuição de géneros alimentícios a famílias carenciadas e apoio ao lar para crianças e jovens em risco, entre os cinco e os 18 anos.

Matosinhos

Mais 108 habitações para famílias carenciadas

A Câmara de Matosinhos aprovou a abertura do concurso público para a construção de 108 apartamentos do Conjunto Habitacional do Monte Espinho, em Leça da Palmeira, um investimento de um milhão de contos.

De acordo com a autarquia, prevê-se que os fogos sejam entregues às famílias carenciadas nos finais de 2001.

O novo empreendimento incluirá equipamentos de apoio e colectivos, designadamente «atelier» de tempos livres, pré-primária, infantil, áreas comerciais, parque infantil, centro de dia e campos de jogos.

Dados disponibilizados pela Câmara de Matosinhos referem que estão em construção no concelho mais de 1300 fogos, que representam um investimento

de 13 milhões de contos.

Em reunião do Executivo do passado dia 23 de Outubro, foi também aprovada a abertura de concursos públicos para a ampliação da escola nº 2 do Freixeiro/Perafita, no valor global de 90 mil contos e um prazo de execução de oito meses, e para obras na cantina da EB1 da Agudela/Lavra, orçadas em 40 mil contos.

O Executivo camarário aprovou ainda a adjudicação da construção e conservação do Jardim da Avenida Vilagarcia de Arosa, no valor global de 30 mil contos e um prazo de execução de três meses.

A construção da Central Hidropneumática para a rede de distribuição de água do reservatório de Lavra, a remodelação das redes de saneamento básico da Rua Roberto Ivens e a extensão e renovação de redes de abastecimento de água e drenagem foram também analisadas na reunião do Executivo, que aprovou a celebração de contratos para as respectivas empreitadas.

Ovar

Arranjo urbanístico na Freguesia de Arrada

A Câmara Municipal de Ovar procedeu no passado dia 30 de Outubro à consagração e arranque da obra do arranjo urbanístico da envolvente à Capela de Nossa Senhora do Desterro em Arrada.



A consagração decorrerá na envolvente da Capela no centro da freguesia e marca o início deste importante arranjo urbanístico que irá reconverter o mais importante local de culto e peregrinação de todo o concelho.

Penha de França

Idosos na Colónia «O Século»

Trinta idosos da Freguesia da Penha de França, divididos em três turnos, passaram recentemente uma semana de descanso e lazer, totalmente gratuita, na Colónia Balnear Infantil «O Século», no quadro de um protocolo entre a Junta de Freguesia local e a direcção daquela instituição.

Tratou-se de mais uma iniciativa dirigida

aos mais velhos, no âmbito de uma forte aposta da Junta de Freguesia da Penha de França na área social.



Santo Tirso

Percurso pedestre na natureza

A Câmara Municipal de Santo Tirso – no âmbito do seu programa de actividades lúdico-desportivas destinadas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico – organizou um percurso pedestre na natureza, que decorreu no passado dia 27 de Outubro.



Na iniciativa participaram cerca de 600 alunos, que percorreram o trilho «Moinhos do Fojo», ligando Monte Córdova a S. Tomé de Negrelos.

Vila Real de S. António

Divulgação do euro

A Comissão Nacional do Euro, em colaboração com a Câmara Municipal de Vila Real de S. António, promoveu diversas iniciativas de divulgação da moeda única no concelho, que decorreram de 29 a 31 de Outubro.

Assim, durante três dias uma carrinha da Comissão Nacional do Euro esteve estacionada em Vila Real de S. António, permitindo ao público aceder a painéis informativos sobre a moeda única, incluindo a navegação na página que a Comissão mantém na Internet.

No mesmo local foram organizados diversos espaços de simulação, com o objectivo de familiarizar a população com a nova escala de valores decorrentes da introdução do euro.

PS EM MOVIMENTO

ALANDROAL

Comunicado da Concelhia

Num comunicado, a Comissão Política Concelhia do PS/Alandroal tece duras críticas ao PCP local, nomeadamente ao «Jornal do Alandroal», uma publicação propriedade da Câmara Municipal local cujo objectivo «será a propaganda eleitoral do PCP e promoção dos seus candidatos às próximas eleições autárquicas».

Relativamente ao «Balanço e projectos de um mandato», uma rubrica da referida publicação, o PS/Alandroal refere no comunicado: «Não se poderemos deixar de lamentar que a gestão comunista na Câmara Municipal de Alandroal apresente como balanço dos 30 primeiros meses meia dúzia de obras que, sendo importantes e imprescindíveis, representam muito pouco para quem tanto prometeu, para quem tantas expectativas criou aos eleitores que votaram mais uma vez na CDU em 1997 e para um concelho tão carenciado como o nosso».

Jobs para os boys do PCP

Entre outras críticas a diversos comportamentos nada democráticos do PCP local, o PS/Alandroal afirma que recentemente, «resultado de uma estratégia adoptada pelo PCP, temos assistido a uma redistribuição dos "jobs for the boys", junto da maior parte das autarquias do Alentejo».

Nesse capítulo, adiantam os socialistas no comunicado, «parece que o Alandroal foi bafejado pela sorte, pois tocou-nos uma estrela europeia da literatura».

BAIXO ALENTEJO

Eleitos órgãos da Federação

«Quero que o PS esteja em primeiro e quero que o PS seja o primeiro. Não quero criticar ninguém, nem o farei. Apenas apresentarei as minhas ideias e disponibilizome, como sempre fiz, para servir», afirmava o camarada Luís Ameixa, na sua carta de princípios com que se apresentou aos militantes do Baixo Alentejo na sua campanha para presidente da Federação.

Líder de uma equipa dedicada e competente, com largas provas dadas de militância no partido, Luís Ameixa, um autarca-modelo, é o militante socialista melhor colocado para gerar consensos e unidade e levar o PS às vitórias nas próximas batalhas políticas e eleitorais.

A sua equipa já está a trabalhar. Assim, no dia 12 de Outubro, reuniu pela primeira vez a Comissão Política eleita no último Congresso da Federação do PS/Baixo Alentejo, tendo sido eleito o Secretariado da Federação, o qual presidido por Luís Ameixa, integra 14 membros, agora eleitos, o presidente da JS distrital e a coordenadora do Departamento das Mulheres Socialistas, ainda em fase de criação.

Luís Ameixa líder consensual

Na reunião, foi apreciada a moção sectorial, que havia sido remetida pelo Congresso, intitulada «Associação de Municípios do Distrito de Beja: Um Património de Todos», a qual mereceu a concordância unânime da Comissão Política quanto aos seus fundamentos políticos e objectivos da paridade democrática no seio daquela Associação e de isenção e independência no jornal «Diário do Alentejo» que deve ser, efectivamente, património de todos os bejenses e de todos os baixo-alentejanos.

Democracia de qualidade

A Comissão Política da Federação procedeu ainda à análise da situação política na sequência do Congresso, tendo decorrido um profícuo e elevado debate, sob o signo da unidade e da participação livre e democrática, mostrando-se total empenhamento no lançamento de novas bases de trabalho político em torno da ideia de democracia de qualidade.

ESTREMOZ

PS fez queixa do município

A má gestão continua na Câmara Municipal de Estremoz. O imobilismo, os erros, a estagnação continuam.

A Concelhia de Estremoz do Partido Socialista apresentou uma queixa no Instituto do Consumidor contra o município devido a uma «conta exagerada de consumo de água», anunciou o vereador socialista na Câmara de Estremoz José Ramalho.

O autarca do PS afirmou que «há muitos munícipes que se queixam, nos últimos tempos, de terem pago contas exorbitantes de consumo de água», admitindo a hipótese de existir «um erro no sistema ou nos contadores».

O camarada José Ramalho acrescentou que «na sede local do PS, cuja conta de água rondava os 300 a 500 escudos por mês, só num mês o valor subiu para oito mil escudos». «Chegámos à conclusão que estamos a pagar a água que ainda não gastámos e o PS vai pedir à Câmara a devolução do dinheiro», acrescentou.

ÉVORA

PS cria grupo de coordenação autárquica

O Secretariado distrital de Évora do PS decidiu, na sua última reunião, constituir um grupo de coordenação autárquica com o objectivo de dinamizar o processo eleitoral autárquico junto das diversas secções do partido.

Este grupo de trabalho é constituído pelos camaradas Vítor Martelo, José santinha Lopes, Norberto Patinho, José Ernesto Oliveira, João Nabais, Nazaré Lança, José Alberto Fateixa, Carlos Cunha, Fernanda Ramos e Manuel Pereira.

PARIS

Reunião com deputados

Os deputados socialistas António Braga e Luís Fagundes Duarte participaram no dia 21 de Outubro, numa reunião em Paris com os militantes e simpatizantes do Partido Socialista Portugêses.

Na reunião foram abordados vários temas, entre os quais, a Educação e o Ensino, as Eleições Presidenciais, e os Congressos das Federações.

António Braga, Presidente da Comissão Parlamentar da Educação, Ciência e Cultura, e Luís Fagundes Duarte, explicaram aos militantes e simpatizantes socialistas o andamento da Comissão Parlamentar sobre o ensino do Português no estrangeiro, numa altura em que se aguarda a publicação de um relatório sobre o assunto.



Congresso Geriatria Gerontologia e Gerontopsiquiatria

Dia 3 e 4 de Novembro de 2000 • Auditório Natália Correia

«Envelhecer é muito mais do que um acontecimento inevitável.
É uma arte a aprender»

Diogo Diáz

Organização

Departamento Nacional dos Assuntos dos Idosos do PS

Objectivos proporcionar um espaço de troca de conhecimentos e experiências, promover a formação e informação a prestadores de cuidados às pessoas idosas.

Local Auditório Natália Correia - Rua Rio Cávado, nº 3 A - Bairro de Santa Cruz - Pontinha

Para além de numerosos especialistas na matéria, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, responsáveis de instituições para pessoas idosas, e outros profissionais, estarão presentes neste Congresso Eduarda Feronha, coordenadora nacional do departamento do PS para os Assuntos das Pessoas Idosas, Maria Marques Calado, vereadora da Cultura e Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa, Rui Cunha, secretário nacional do PS para os Assuntos das Pessoas Idosas, e Maria do Carmo Romão, provedora da Santa Casa da Misericórdia, entre outros.

Informações complementares O Auditório Natália Correia fica situado no Centro Polivalente do Bairro Padre Cruz, ao lado do mercado e perto da igreja do Bairro Padre Cruz. Estação do Metro da Pontinha. Os autocarros de ligação para o local são os nºs 29, 47, 66 e 69 (paragem na Igreja).

Informações e inscrições Convidamo-lo(a) a participar e a divulgar este Congresso porque a sua presença vai enriquecer a discussão de ideias. Dada a limitação do espaço e do nº de reservas para o almoço-volante, dia 3, gratuito, agradecemos a sua confirmação para o Secretariado.

Secretariado

Inscrições: Ana Marques, Departamento Assuntos Idosos (DNAI)
Telefone: 21 3822010, 21 3822000 - Fax: 21 3820084, 21 3822016

PAÍS PRECISA DE REFORMAS NÃO DE CRISES POLÍTICAS ARTIFICIAIS*

Dirijo-me em primeiro lugar a todos vós para agradecer esta manifestação de confiança. Recebo o vosso apoio com emoção e sentido de responsabilidade, a emoção e o sentido de responsabilidade que ponho em todos os meus actos políticos.

Hoje, como há cinco anos, decidi candidatar-me à Presidência da República pela única razão de querer servir Portugal e os portugueses. Fi-lo ontem e faço-o hoje, com a humildade de quem sabe que o seu mandato só pode resultar da vontade dos concidadãos. Fi-lo ontem e faço-o hoje, em obediência estrita à minha própria avaliação da realidade do País e à noção que tenho dos interesses nacionais.

O combate democrático, como o que temos pela frente, é um nobre combate, que tem de ser travado com determinação e com seriedade. Pela minha parte, não sei fazer de outro modo. Não concebo, aliás, que alguém dispute eleições políticas por motivos meramente táticos ou de conveniência partidária ou pessoal.

É por isso que considero essencial a participação de todos vós. A vossa presença dá à minha recandidatura um sentido de empenhamento cívico que dignifica as eleições e se projecta no mandato presidencial que quero exercer. Desse empenhamento cívico é exemplo a disponibilidade, que muito me honra, do Professor João Lobo Antunes. Obrigado por estar aqui hoje também, aliando, como sempre o tem feito, à causa da cidadania a sua capacidade de homem de ciência e de cultura.

A resposta de todos vós confirma que vale a pena estar deste modo na política: com espírito de serviço e dedicação à causa pública, com atenção constante aos problemas dos portugueses, com apelo permanente às capacidades individuais e ao esforço colectivo, com confiança em nós próprios e no futuro de Portugal.

Com muitos de vós, travei já outros combates democráticos. Tenho orgulho nesse passado, que já leva algumas décadas e começou nos anos bem duros da oposição ao regime Autoritário. Recebi de vós exemplos inesquecíveis de generosidade e inteligência. Sou devedor desses exemplos e quero consolidar esse testemunho.

Estou grato aos que se reconheceram na forma como exerci o mandato e desejam que ele se renove. Tenho orgulho nesse reconhecimento e quero honrá-lo continuando a exercer funções pela única forma para a qual estou disponível: uma magistratura de isenção e de rigor, uma magistratura para todos os portugueses.

Não sinto menor orgulho, finalmente, pelas expectativas dos mais jovens que aderem às causas pelos quais me bato e nelas vêem uma janela onde se rasgam novas



oportunidades e horizontes. Confio nesta geração da liberdade que representa a nossa esperança no futuro de Portugal. Confio em vós, tenho confiança em Portugal e nos portugueses.

Nesta intervenção, quero em primeiro lugar referir-me à próxima campanha eleitoral, ao seu significado e às condições em que nela vou participar. Em segundo lugar, exporei o entendimento que tenho da função presidencial e do modo como a tenho exercido. Finalmente enunciarei as linhas principais da ambição que tenho para Portugal.

O povo português vai ser de novo chamado a escolher quem quer para Presidente da República. Encaro a decisão do eleitorado com a serenidade e o empenhamento com que sempre encarei as escolhas democráticas. É meu dever de candidato tudo fazer para que as opções sejam claras, nos seus termos e nas suas implicações.

A campanha eleitoral reger-se-á por normas novas, votadas em Julho deste ano na Assembleia da República. São regras destinadas a valorizar as eleições e a vida política em geral.

Nesse quadro, adoptarei um conjunto de procedimentos que gostaria de ver igualmente aceites pelo candidato que comigo disputarem as eleições.

Esses procedimentos visam acima de tudo garantir uma total transparência, tanto das receitas como das despesas da campanha eleitoral, certificada por auditorias realizadas por entidades idóneas. Sendo a prioridade dirigida ao esclarecimento do eleitorado e ao debate político, os debates entre todos os candidatos deverão ser estabelecidos, quer quanto ao número quer quanto às regras, por acordo entre as candidaturas.

Farei uma campanha sóbria e austera, evitando o recurso a elementos vazios de significado político e a utilização de

materiais não recicláveis.

Nas eleições de Janeiro do próximo ano, estarão em causa pessoas e portanto trajectos políticos e formas concretas de exercer a actividade política em representação dos cidadãos. E estão igualmente em causa diferentes concepções da função presidencial e do papel que o Presidente da República desempenha na vida política e institucional. Julgo que os portugueses me conhecem bem. A minha vida política foi sempre, desde os primeiros passos como militante cívico na Oposição à Ditadura, clara nos seus objectivos e transparente nos processos. Os portugueses podem contar comigo, nos bons e nos maus momentos. No final do meu mandato como Presidente da República, o balanço pode igualmente ser feito, com igual clareza e transparência. Encaro com serenidade e confiança o juízo político dos portugueses nas próximas eleições.

As circunstâncias políticas em que exerci o mandato não foram simples. Vivemos um ciclo marcado pela necessidade de superação dos desequilíbrios, distorções e desigualdades herdadas do passado, a que acresceram os desafios inerentes ao processo de integração europeia e de adesão à moeda única.

Tivemos, durante este período, o eclodir dramático da situação em Timor Leste, a transferência de poderes em Macau e as obrigações de participação nas missões militares internacionais no quadro das organizações e alianças de que Portugal faz parte, tudo uma conjuntura internacional complexa.

No plano político, após uma década de Governos sustentados por uma maioria parlamentar absoluta, encontrei uma situação, posteriormente confirmada, de Governo de maioria relativa. Significa isto que, num quadro social que exige reformas profundas, corajosas, sistemáticas, tivemos um Governo que não podia garantir à partida apoio maioritário da Assembleia da República às suas iniciativas e que podia até ver os seus intentos bloqueados pelas oposições.

Numa situação como esta, seria muito fácil ao Presidente da República jogar a favor da instabilidade política, tirar partido das dificuldades na relação entre o Governo e a oposição parlamentar, ou mesmo capitalizar a seu favor descontentamentos acumulados com as acções ou omissões governamentais e com as perturbações e conflitos gerados por uma relação conflituosa entre as oposições e o governo.

Não foi esse o mandato que recebi dos portugueses, não é assim que entendo as funções presidenciais.

Quando os portugueses elegem o Presidente da República não escolhem alguém para cumprir um programa partidário ou um programa de governo; não

elegem um Governo-sombra, nem um contra-poder, não elegem um comentador político nem um crítico das acções do Governo ou das oposições.

No nosso sistema constitucional, as candidaturas a Presidente da República não são propostas pelos partidos políticos; o Presidente da República não é eleito com base num programa de governo, não governa, não dirige o Governo, não se responsabiliza pela política que este executa.

O Presidente da República não pode nem deve substituir-se ao Governo ou às oposições; os poderes importantes que a Constituição lhe reserva devem, antes, ser exercidos para garantir a unidade do Estado, a independência nacional e o regular funcionamento das instituições democráticas.

É essa a configuração constitucional dos poderes presidenciais, após a revisão constitucional de 1982, foi com esse sentido que a função de Presidente da República se estabilizou, sedimentada pela experiência do regime democrático; penso ser assim que os portugueses a entendem e foi para isso que me elegeram.

Foi este modelo constitucional que jurei cumprir. É também este o modelo constitucional que entendo adequado ao sistema político português.

Sempre que, ao longo do meu mandato, exerci os poderes importantes que a Constituição me confere, fi-lo para garantir o equilíbrio e separação dos poderes, a transparência, igualdade e imparcialidade no exercício do poder político, os direitos fundamentais dos cidadãos, os direitos das minorias e as possibilidades efectivas de alternância democrática.

Nas condições difíceis de existência de um governo minoritário procurei, designadamente, garantir ao Governo as condições para governar, à Assembleia da República as possibilidades de controlar e fiscalizar a actuação do Governo e às oposições de apresentarem alternativas às políticas, ao programa e às soluções governativas existentes.

Esta forma de conceber as funções presidenciais não me inibiu de tomar posição, alertar, e criticar sempre que o considerarei necessário. Convoquei a atenção da opinião pública e dos agentes políticos para a gravidade dos problemas que afectam a sociedade portuguesa. Chamei repetidamente a atenção para a urgência de reformas. Dirigi-me formalmente à Assembleia da República alertando para os sinais que ensombream a vitalidade do nosso sistema democrático. Apelei à premência de alteração de práticas, de condutas e, sempre que necessário, das próprias leis para revitalizar o funcionamento do sistema democrático e combater o crescente afastamento entre governantes e governados, entre os

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

responsáveis políticos e a comunidade dos cidadãos.

Da mesma forma, e sem prejuízo da cooperação institucional, não hesitei em opor-me frontalmente às decisões de Governo e Assembleia da República sempre que considere estarem a ser desvirtuadas as regras do livre jogo democrático, os direitos fundamentais dos cidadãos ou a isenção e imparcialidade do Estado.

Os que agora pretendem fazer do Presidente da República um «contraponto da actuação do Governo» ou que pretendem que o Presidente da República se transforme em comentador crítico da actuação do Governo, são por vezes os mesmos que ainda não há muito pugnavam pela convergência entre «um Presidente, um Governo e uma maioria parlamentar»; os que agora, numa situação de ausência de maioria absoluta, alertam contra os perigos da concentração de poderes são os mesmos que ainda há pouco clamavam contra as forças de bloqueio.

Esta dualidade encerra, no fundo, o mesmo vício: a partidarização da função presidencial, a sua instrumentalização ao serviço de um partido ou de uma coligação. O resultado seria, como é óbvio, a desvirtuação completa da natureza do nosso sistema de governo. O Presidente da República converter-se-ia ou numa figura decorativa ou numa fonte permanente de conflitos, crises e bloqueios.

Os portugueses sabem que nunca permitirei a partidarização ou instrumentalização do Presidente da República.

Na altura em que me recandidato a nova eleição, reafirmo o meu entendimento do exercício das funções presidenciais, convicto de que essa é a leitura constitucional adequada, e certo de que é isso que os portugueses esperam do seu Presidente.

Os portugueses sabem que numa situação de Governo minoritário, qualquer que ela seja, susceptível a crises e bloqueios, não serei nunca um factor acrescido de problemas, de fomento de guerrilhas e de instabilidade. O Presidente da República é uma referência de moderação, de busca de soluções, de equilíbrio. Da mesma forma, os portugueses sabem que numa eventual situação de maioria absoluta, tendencialmente propícia a arrogância ou concentração no exercício dos poderes, serei firme na prevenção dos abusos, na vigilância democrática, na garantia das condições de uma alternância efectiva.

Desiludam-se os que procuram arrastar-me para intervenções mediáticas ou destinadas a deixar no mandato marcas espectaculares dignas de figurarem nos anais da História.

Não hesitarei nunca em recorrer aos poderes que a Constituição me confere, incluindo os mais drásticos, mas só quando considere ser esse o interesse nacional.

Em democracia as alternativas forjam-se no Parlamento e na luta e livre competição democráticas. Ao Presidente da República compete estar atento aos sinais do tempo, ao sentir dos portugueses, às suas

aspirações e vontade de mudança, mas não é a ele que cabe enfraquecer soluções governativas ou forjar alternativas.

Não é isso que os portugueses esperam do Presidente da República que elegem, não é essa a configuração constitucional do estatuto do Presidente da República, nem são essas as conclusões a retirar da experiência rica e sedimentada do funcionamento do nosso sistema de governo ao longo do último quarto de século.

Da minha parte, entendo que, na prossecução do interesse nacional e atento às grandes questões que afectam o presente e o futuro dos portugueses, o Presidente da República deve ser um factor de união e mobilização, uma referência nacional, de moderação e arbitragem; nunca um elemento acrescido de perturbação e instabilidade ou um fautor de clivagens, rupturas ou crises artificiais, não sustentadas no sentimento maioritário dos portugueses.

Reafirmo aquilo que é sabido: a leitura que faço dos poderes do Presidente da República e o modo como os exerce assentam numa concepção ponderada, consistente e estável da função e não oscila ao sabor dos momentos ou das conveniências.

Como aconteceu no passado, se continuar a desempenhar, por vontade dos portugueses, as funções de Presidente da República por mais um mandato, agirei tendo presente a experiência acumulada e as novas responsabilidades e desafios. Com rigor e isenção, sem demagogias e sem mistificações.

O País precisa de uma linha de rumo segura e participada para abrir os caminhos do futuro. Contribuí e quero continuar a contribuir para mobilizar o conhecimento sobre os grandes desafios da sociedade portuguesa, formar uma opinião pública mais esclarecida e promover consensos relativamente a prioridades de intervenção política.

O País precisa que todos, sem excepção, assumam as consequências das escolhas e dos actos. A vida colectiva e o sentido de partilha exigem que se assumam as responsabilidades.

O País precisa de reformas, não de crises políticas artificiais ou de conflitos institucionais.

Reformas, em primeiro lugar, que revigorem a democracia, que eliminem os factores de afastamento dos cidadãos em relação à vida política, que relancem a vida política como actividade nobre e eficaz. Reformas que credibilizem os partidos e devolvam à República a dimensão de proximidade e eficácia na resposta aos problemas dos cidadãos. Reformas que consolidem a política o prestígio próprio das causas públicas e aos políticos o orgulho de serem políticos.

Falo também de reformas que, em condições de igualdade e de qualidade, garantam o acesso dos cidadãos ao exercício efectivo dos direitos consagrados na Constituição e na Leis. Ou seja, falo de reformas que, antes do mais, habilitem o Estado a cumprir melhor as suas próprias funções.

É imperioso que a justiça ultrapasse os factores que a bloqueiam e cumpra na sua

plenitude a função de garantia do Estado de Direito.

Não é menos imperioso interromper o ciclo de uma intranquilidade que perturba a vida colectiva, atacando os problemas da segurança – complexos e transversais – de uma forma coordenada. Ainda estamos a tempo, mas é necessário agir com oportunidade e determinação.

A educação e a formação, nas várias modalidades e etapas da vida, estão confrontadas com exigências hoje permanentes de adaptação à mudança. Ela é decisiva, cada vez mais decisiva, do pré-escolar ao Superior, para habilitar as gerações actuais a dominar os desafios surpreendentes de um mundo que não espera por nós.

A sociedade educativa é a chave para uma inserção activa de Portugal e dos portugueses num espaço cada vez mais global e cada vez mais dominado por redes de comunicação, por uma indústria de conteúdos, em suma por uma produção de conhecimentos, que precisamos de poder incentivar e também de e saber regular.

As alterações demográficas das últimas décadas tiveram implicações profundas no tecido social e trouxeram para a ordem do dia uma questão que só pode ser resolvida com uma nova plataforma de solidariedade entre gerações. Refiro-me ao problema dos idosos e do lugar a que têm direito na sociedade.

Também o sistema da saúde requer um impulso reformador decidido. É a qualidade e a dignidade da vida dos portugueses que o reclama.

Outras reformas, em curso, têm de ser acompanhadas, corrigidas se necessário, ampliadas sempre que possível, como é o caso das que dizem respeito aos sistemas de Segurança Social.

O desenvolvimento, assente na competitividade económica das empresas, exige qualidade do emprego e respeito pela dignidade dos trabalhadores. A concertação estratégica, que permitiu ao país a recuperação de atrasos do passado, continuará a ser um dos instrumentos fundamentais do progresso económico e social. O imperativo da qualificação é igualmente válido no que toca à necessidade de um mundo empresarial melhor preparado, factor decisivo para a inovação, em articulação com o aparelho de produção científica e tecnológica do País.

Registaram-se, por outro lado, nas últimas décadas grandes e rápidas mudanças e nem todas foram ainda absorvidas pela sociedade e pelas instituições. Apesar do ciclo de modernização e desenvolvimento que registámos, há importantes batalhas que devem mobilizar as gerações actuais. Esta são algumas das minhas preocupações prioritárias. Preocupações acentuadas pelos indicadores que anunciam um ciclo menos expansionista da economia portuguesa e europeia. Isto só pode querer dizer que não podemos descurar, por um momento só, este o objectivo de mobilizar todas as capacidades, todas as qualidades, todas as competências, para encurtar o espaço que nos separa dos países mais desenvolvidos da Europa.

É um enorme esforço que se nos pede,

um esforço em que ninguém é dispensável, que exige, como tenho insistentemente afirmado, rigor e verdade, critério e estratégia, condução firme e participada, envolvimento de todos na realização de um futuro colectivo.

Esse esforço da sociedade e das suas instituições tem de ser acompanhado pelo Estado e por políticas públicas adequadas. O que se ganha num lado não pode ser desperdiçado por incompetência ou inércia do outro.

É para esse objectivo que quero dar o meu contributo. O Presidente da República tem aí uma obrigação e um papel. Ao fim destes cinco anos, conheço melhor Portugal e os portugueses, sei do que são capazes. Tenho uma visão prospectiva mais exigente e fundamentada. Julgo meu dever colocá-la ao serviço da minha pátria e dos meus concidadãos.

Este futuro já está presente, hoje, na responsabilidade que temos de o preparar. Vivemos um tempo de muitas exigências e de muitos desafios, de algumas dificuldades e de vários riscos. Sou claro: ao falar de dificuldades e de riscos estou a falar também da nossa capacidade e da nossa energia, já provadas, para os ultrapassar e vencer.

Ao longo do meu mandato falei dessas dificuldades e desses desafios. Só que não confundi, nem confundo, o dever de falar deles construtivamente com o lamento estéril, o alarmismo fácil ou a lamúria fatalista.

Tenho uma ambição para Portugal e ter uma ambição para o País que é o nosso e que amamos é recusar a auto-satisfação e a resignação. É querer mais e melhor. Eu quero mais e melhor para Portugal e para os portugueses.

Quero um Estado mais competente nas funções que lhe cabem e mais aberto aos cidadãos e à sociedade.

Quero uma sociedade mais inconformista, menos alheada das causas comuns, mais mobilizada, uma sociedade que diga menos «eles têm» e que diga mais «nós temos».

Quero uma comunidade mais solidária e mais tolerante, uma comunidade em que cada um se reconheça integrado, em que haja equidade e igualdade de oportunidades.

Quero que as gerações mais velhas se sintam mais acompanhadas, que as gerações do meio se sintam mais realizadas, que as gerações mais jovens se sintam mais preparadas.

Quero um País seguro da sua identidade, que olhe a sua cultura não apenas como aquilo que se herda, mas como aquilo que se conquista – que se recria, se renova e se enriquece.

Quero um País que olhe a Europa a que pertence como uma comunidade de destino, livre e solidária, da qual recebe solidariedade mas à qual dá o seu contributo e o seu empenhamento.

Quero um País mais capaz para enfrentar o mundo globalizado, sabendo que, se ele tem riscos, tem também oportunidades. Ter uma ambição para Portugal é assumir a responsabilidade de contribuir para que ela se realize.

É este o sentido da minha recandidatura.

Discurso proferido no dia 29 de Outubro, no Teatro Carnões.

EDUCAÇÃO

Augusto Santos Silva*



O VALE TUDO NO «PRIME-TIME»

A escola nunca teve o monopólio da educação. A família, o contexto de trabalho, o círculo de vizinhança ou amigos, a imprensa e, depois, os restantes meios de comunicação de massas, a associação, religiosa, política, sindical ou recreativa, foram e são, em modalidades e medidas variáveis, outros poderosos factores de formação e socialização. Mas a escola, como o século XIX a fundou e o século XX a generalizou, representou um avanço institucional considerável quer para a integração das pessoas no espaço da cidadania nacional, quer para a qualificação académica, quer para o apetrechamento de cada um com conhecimentos e capacidades que valiam no mercado de emprego e no estatuto social.

É certo que não superou, longe disso, a lógica pesada da reprodução de desigualdades e foi tantas vezes instrumento de dominação cultural. Todavia, ninguém conseguirá perceber a consolidação das democracias e os progressos na coesão social dos países democráticos avançados se não valorizar

o que a escola pública e de massas operou em termos de maior igualdade de oportunidades e de canalização e favorecimento de percursos de mobilidade social. A escola não pode fechar-se sobre si própria, resistindo às mudanças rápidas da contemporaneidade e diabolizando o que concorre e interpela a sua rotina, trate-se das novas tecnologias de informação e comunicação, da televisão comercial ou dos valores e linguagens amplificadas pela cultura «pop». Os profissionais da educação são, creio, os primeiros a reconhecê-lo. E os sucessivos desafios com que se viu confrontada não deixaram de espicaçar a escola, levando-a a transformar-se e a aproximar-se da vida. A inquietação que hoje sentem os que acreditam no educação não tem, pois, a ver com o facto de ela ser constantemente interpelada. Decorre do sentimento, que tantos sinais autorizam, de que é o próprio princípio fundador da educação que está a ser posto em causa, pelo paradigma que tende a hegemonizar a televisão e a indústria do espectáculo.

Na verdade, a educação funda-se em quatro ideias principais. Que toda a pessoa

dispõe de competências e pode pois formar-se, tornar-se sujeito de aprendizagem. Que o desenvolvimento dos capacidades e aptidões de cada um requer trabalho, esforço, disciplina e orientação. Que assim se vai cada um superando a si próprio, enriquecendo a sua arca pessoal de competências, e participando, com outros, em vida e projecto comuns, vai-se, como indicam as palavras, qualificando, educando, quer dizer, melhorando. Que o esforço realizado e o mérito revelado podem e devem ser recompensados, inclusive para distinguir e premiar, configurando formas de selecção mais abertas e menos injustas do que o privilégio de sangue ou fortuna.

Ora, é tudo isto que a actual vaga de incultura, incivilidade e indignidade que assola, designadamente, o «prime-time» televisivo está a pôr em causa. Porque a mensagem que as rodas da fortuna, os «big brothers» e quejandos estão a passar é que o trabalho e o mérito não valem nada, comparados com o que se pode ganhar com a pura sorte ou, pior, com a exibição alarde dos mais baixos sentimentos. Que o dinheiro ou, mais ridículamente, a ilusão

do quarto de hora da fama sobrelevam qualquer laivo de pudor, dignidade ou respeito pelos outros e por si próprio. E que, nesse cenário, vale tudo, do cabolinismo mais extremo à mais clara ignorância e impostura.

Os profissionais e as instituições de educação têm de dizer não a isto, serem intransigentemente contrários a isto. Ninguém pode querer que a escola resolva tudo - a desestruturação ou a demissão das famílias, a desagregação do tecido social ou o gueto suburbano. E ninguém pode pretender o aparente contrário, que a escola se submeta a efeitos de moda ou de estilo que ofendem os princípios básicos em que assenta.

É preciso ter a coragem suficiente para dizer que o caminho da facilidade, da mercantilização dos afectos e da exploração dos instintos mais primários não é caminho. Que a educação, se é educação que queremos, para a cultura, a ciência e a cidadania, é outra coisa, é radicalmente outra coisa. E preciso realocar a educação na ofensiva.

*Ministro do Educação
In «Expresso»

PERSPECTIVA

Edite Estrela



CÚMPLICES E CULPADOS

No desempenho das minhas funções públicas tenho participado em múltiplas cerimónias militares. Como é sabido, trata-se de actos protocolares, onde tudo está previsto ao milímetro e ao minuto, sem margem para grandes surpresas. Na semana passada, no entanto, o imprevisto aconteceu.

Era um dia já outonal, embora com o sol caloroso próprio do nosso clima, particularmente quente este ano. Mas, repito, era um dia outonal, com temperaturas muito distantes do pino do Verão. Na parada, a tropa alinhava-se, como é da praxe, numa geometria perfeita. Confesso que, nesta como em muitas ocasiões semelhantes, o meu espírito (talvez maternal) leva-me a figurar no pensamento o destino que esperaria aquelas centenas de jovens, reavivando as dramáticas recordações que a guerra colonial deixou na minha geração. O tempo é outro, o papel reservado aos militares é muito diferente, mas as marcas ficaram.

A dada altura, um dos moços (mancebos, como tradicionalmente são apelidados) não resiste à fadiga ou ao calor e estatelase no chão. Não se trata de nada que não seja comum. Mas, logo a seguir, mais um, mais outro, ainda outro, um número invulgar de militares não suporta as



condições da parada. Terão sido meia dúzia? Ou mais? Foram, com certeza, muitos mais do que me tenho habituado a ver em idênticas cerimónias.

À primeira reacção de pena, sabendo embora que as consequências serão imediatamente debeladas, sucede-se a dúvida. A meu lado, uma alta patente

explica-me: o regime actual das Forças Armadas é bastante menos exigente com os formandos, permitindo que muitos deles pernoitem fora dos aquartelamentos. Provavelmente muitos dos que não resistiram à fadiga fizeram uma «directa» em qualquer discoteca da zona.

Dias passados, após uma reunião na Força Aérea, dou comigo a comentar o texto de Fernando Madrinha, no último «Expresso», sobre o caso escandaloso dos pilotos que, ao abrigo de uma legislação - que urge alterar antes que provoque mais estragos - optam pelo trabalho civil mantendo, no entanto, todas as prerrogativas do Estado, incluindo o vencimento de reserva e outras benesses. Ainda agora, apenas numas eleições intercalares para uma freguesia dos arredores do Porto, apareceram nada menos que cinco candidatos pilotos.

Dizem-me, então, os meus interlocutores militares que estão a tentar suprir este esvaziamento de quadros com a promoção de um curso para jovens candidatos à Força Aérea. Ao concurso, respondeu, aliás, o número interessante de 400 jovens, o que revela bem a sedução que uma carreira de piloto continua a exercer entre os mais novos.

O problema surgiu depois, quando chegaram os resultados dos exames feitos às condições físicas dos candidatos.

Apenas cerca de dez foram considerados aptos para ingressar na Academia. Apenas dez em 400.

Os outros, confessam-me, padeciam de alguns daqueles males de que não nos apercebemos no dia-a-dia: ouviam mal, viam pior. Não apresentavam níveis de visão ou de audição suficientes para serem admitidos numa carreira militar exigente.

Na posse destes dados, tenho-me perguntado a mim própria, nos últimos dias, se a lógica de vida que estamos a criar não estará a pôr em causa os hábitos saudáveis e a disciplina. Na verdade, assiste-se a uma exposição crescente a excessos de toda a ordem: o álcool, o tabaco, as drogas, o ruído insuportável, os ambientes viciados, a dependência da televisão e do computador...

E cheguei rapidamente à conclusão de que, entre cúmplices e culpados, todos temos de assumir as responsabilidades pela ideia de facilitismo, de ociosidade, de oportunismo e de primado do consumo que estamos a transmitir aos nossos jovens.

Antes que estas situações se agravem, vale a pena parar para pensar. Para bem de todos nós, trabalhadores e contribuintes, pais e filhos. É um dever de cidadania e um imperativo nacional.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concerto em Albufeira

O agrupamento musical Fun-Da-Mental Brass dará um concerto amanhã, às 21 e 30, no Auditório Municipal. O 26º Salão de Arte Fotográfica Algarve-2000 decorre de 3 de Novembro do corrente ano a 3 de Janeiro de 2001, no Museu Municipal de Arqueologia.

Poesia em Amarante

A autarquia local entrega, no sábado, dia 4, o Prémio Literário Teixeira de Pascoaes, atribuído nesta segunda edição ao poeta Fernando Guimarães, pelo seu livro «Limites para uma árvore». A anteceder a entrega do galardão, realiza-se, pelas 15 e 30, um recital de poesia, a cargo do grupo Sindicato de Poesia de Braga, que declamará poemas de Eugénio de Andrade, Miguel Torga, Camilo Pessanha, Alberto Serpa e Teixeira de Pascoaes. Um dia depois, domingo, as 16 horas, realiza-se um concerto, pelo grupo vocal Olisipo, no Auditório da Cozinha dos Frades.

Xutos em Cascais

O agrupamento Xutos & Pontapés actuará, hoje, no Casino Estoril, num espectáculo rock que promete ser inesquecível.

Fotos em Coimbra

Os Encontros de Fotografia decorrem entre 4 e 26 de Novembro, apostando na exibição de trabalhos enquadrados com instalação e vídeo. Esta edição, a primeira com carácter bial, assume-se também como uma exposição única disseminada por vários pólos da cidade, concebida de modo a proporcionar um olhar que estabeleça ligações e conexões, em vez de várias visões. O Trio de Carlos Bica actua, na quarta-feira, dia 8, na Casa Municipal da Cultura.

Teatro em Fafe

A Oficina apresenta o «Auto da Índia», de Gil Vicente, no próximo dia 8, pelas 21 e 30, no Estúdio Fénix. A peça tem a encenação de Gil Filipe e a interpretação está a cargo dos actores Alexandre Martins, Alberto Fernandes, Carlos Rego e Alberta Lemos. A concepção cenográfica é de Alexandre Cardoso, os figurinos de Grácia Cordeiro e a música de Alberto Fernandes.

Contos em Faro

O Gabinete do Projecto Municipal de Bibliotecas e o Museu Arqueológico, no seguimento do «Conto de Lendas Algarvias», apresentam uma encenação da

«Lenda das Amendoeiras em Flor». Este programa de animação decorre no Auditório do Museu, às quintas-feiras, durante este mês, e é dedicado às escolas do 1º e 2º ciclos, com marcação prévia. Além desta proposta e durante Novembro, continuam as actividades habituais: às quartas-feiras às 10 horas e às sextas-feiras às 16 horas, a «Hora do conto». Às terças e quintas, pelas 10 e 16 horas, poderá ver «Os nossos vídeos».

Manjares em Guimarães

A III Quinzena de Gastronomia arranca este domingo, dia 5, prolongando-se até 19 de Novembro.

Livros em Lisboa

Filatelistas portugueses e brasileiros estarão presentes na XVIII Exposição Filatélica «Lisboa-2000 – 500 Anos da Descoberta do Brasil», no Fórum Telecom em Lisboa, a partir de hoje e até ao dia 5. Mais de 500 quadros serão mostrados ao público e durante o certame funcionará, por iniciativa da ACOFIL, Associação dos Comerciantes Portugueses, uma Feira Filatélica onde vão estar presentes comerciantes filatélicos. Exposições, debates, conferências, espectáculos e ateliers integram o vasto programa cultural da iniciativa «Livro 2000 – I Salão do Livro de Lisboa», que a APEL promove, no Parque das Nações, a partir de amanhã e até dia 7.

Imagens em Óbidos

O Solar da Praça de Santa Maria acolhe, até dia 19, a exposição «Para além da terceira dimensão», uma mostra de alta qualidade visual que procura estimular a imaginação e a curiosidade dos jovens e do público em geral, através de imagens e

vídeos de superfícies geométricas com forte impacto visual e conteúdo matemático, evocando as noção de dimensão espacial.

Paredes de Coura

O V Encontro Nacional de Concertinas e Cantadores ao Desafio (III Internacional) decorre Sábado, dia 4, a partir das 14 horas pela vila e às 21 e 30 no Centro Cultural.

D. Quixote em Portimão

O grupo teatral Objectos leva à cena, no dia 7, «D. Quixote», uma peça de Miguel de Cervantes encenada por Horácio Manuel. O espectáculo realiza-se nos Cinemas de Portimão, às 10 e 30 e pelas 15 e 30, procurando cativar um público estudantil dos 1º e 2º ciclos do ensino básico.

Filmes no Porto

O ciclo de filmes brasileiros a exibir no Museu de Arte Contemporânea de Serralves, já arrancou. O ciclo está integrado no programa paralelo da exposição «Três Histórias do Brasil», que apresenta retrospectivas de três dos mais importantes artistas plásticos brasileiros da segunda metade do século – Lygia Pape, Artur Barrio e António Manuel. Com exibição aos domingos, o ciclo prossegue no dia 5, com o filme de Glauber Rocha – «Deus e o Diabo na Terra do Sol», de 1963. O Coliseu portuense abre as suas portas na próxima quarta-feira, dia 8, para acolher um concerto de Rui Veloso.

Recital em Sintra

Os solistas da Orquestra Metropolitana de Lisboa oferecem um recital, no sábado, dia 4, às 17 horas, no Palácio Valenças. A mostra de escultura assinada por Rui Chafes – «Durante o Fim» – encontra-se patente ao público, no Sintra-Museu de Arte Moderna, até ao dia 15 de Janeiro de 2001

Gastronomia em Vila Franca de Xira

Saborear um «cozido de carnes bravas» em restaurantes do concelho é a proposta da Campanha Gastronómica que decorre este mês. O arranque da campanha de gastronomia está marcada para sábado e decorrerá durante todos os fins-de-semana de Novembro. Durante esse período, nos 20 restaurantes do concelho que aderiram a esta iniciativa será confeccionado um prato muito especial. No âmbito desta campanha irão ainda realizar-se espectáculos de folclore e de animação de rua.

SUGESTÃO

Sérgio Godinho à «Lupa»

«Lupa» é o título do trabalho mais recente de Sérgio Godinho. Trata-se de um álbum composto por temas inéditos, a estreiar no palco do Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, em Lisboa. As apresentações decorrem hoje, amanhã e no sábado, dia 4, pelas 21 e 30. Na próxima terça-feira, dia 10, será altura de reencontrar Sérgio Godinho – à «Lupa» –, no Coliseu do Porto, a partir das 22 horas. Um novo disco deste notável «escritor de canções» é sempre um acontecimento que se destaca pela qualidade e criatividade no panorama musical português. Depois dos convites endereçados a José Mário Branco, Carlos do Carmo e Fausto, é a vez de vermos e ouvirmos Sérgio Godinho num espectáculo que dá continuidade à sagração dos grandes nomes da música nacional contemporânea.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Passividade

Passividade suave e feiticeira tentou-me, em tua boca mal pintada, nos teus olhos azuis d'alucinada, na estopa a rir da tua cabeleira.

Minha arte d'amar, pelotiqueira, deu fogo à tua carne inanimada, tomando mais gentil e articulada a boneca que fosses duma feira.

Levando ao ar um braço, eras adeus a uma estranha mulher que em ti morava e cujo busto nu vejo entre véus...

E ao descerrares a acre flor da boca a tua voz sonâmbula, de cera, Já era um eco d'alma em alma oca!

Edmundo de Bettencourt

Concerto
Madredeus

4 e 5 de Novembro, 22 Horas

Aula Magna • Lisboa





FISCALIDADE E OE 2001

1. A criação, no seio da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano de um grupo de trabalho encarregue de debater e analisar a proposta do Governo e os projectos-de-lei dos Grupos Parlamentares da oposição sobre a reforma dos Impostos sobre o Rendimento vai permitir clarificar no detalhe as convergências e divergências entre os diferentes partidos parlamentares.

A proposta do PSD é fraca do ponto de vista técnico, perigosa do ponto de vista económico, inacabada do ponto de vista político. Tem, como ponto essencial, a subida do IVA num conjunto significativo de produtos (incluindo alguns dos bens de primeira necessidade) e foge à proposta de medidas concretas para combater a fraude e a evasão fiscais ou sequer para combater distorções existentes.

2. A alteração da tributação sobre alguns tipos de veículos vem evidenciar a necessidade e o interesse em encorajar outro tipo de energias e combustíveis menos poluentes, na linha de actuação dos últimos anos, tão bem protagonizada por Paulo Neves e também por Francisco Torres.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PS está a preparar, em diálogo com o Governo, propostas de alteração que melhorem a tributação no domínio da energia e dos combustíveis. Dessa forma, todo o sistema de alterações de tributação, que neste Orçamento, engloba algumas modificações significativas, poderá ganhar mais conteúdo. Enquanto o Grupo de Trabalho nomeado pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais prepara a reformulação de fundo do Imposto Automóvel, com data marcada para Fevereiro de 2001.

3. Em qualquer caso, sem aprovação do Orçamento de Estado para 2001, é extremamente difícil gerir o Estado, administrar a coisa pública, os bens da República, desenvolver a economia nacional e apoiar duradouramente medidas de solidariedade social. Como seria incongruente aprovar uma peça essencial da Reforma Fiscal, alterando os Impostos sobre o rendimento, sem dispor de um Orçamento para 2001. O que acontece é que os objectivos político-partidários de cada sector oposicionista podem globalmente configurar uma situação de irracionalidade, no seu resultado final. A eventual não aprovação do Orçamento de Estado para 2001 poderá gerar uma situação economicamente negativa e financeiramente preocupante. O PS e a maioria dos portugueses saberão reagir a essa eventualidade, caso ela se verifique.

«António Lopes Cardoso foi, sobretudo, um homem de carácter e um socialista coerente»

Fernando Pereira Marques
Finisterra, Setembro

«Com a morte de Lopes Cardoso fica mais pobre aquela esquerda socialista que teima em não se render ao neoliberalismo matizado de "Terceira Via" e à acção política tornada espectáculo»

Idem, ibidem

«A mensagem que as rodas da fortuna, os "big brothers" e quejandos estão a passar é que o trabalho e o mérito não valem nada, comparados com o que se pode ganhar com a pura sorte ou, pior, com a exibição alarve dos mais baixos sentimentos»


Augusto Santos Silva
Expresso, 28 de Outubro

«Agitar papões, como Cavaco Silva fez, sugerindo a Guterres que fizesse a reforma fiscal "às escondidas da Europa", só porque tem como parceiro nela o PCP, é desconhecer as regras democráticas e tomar os portugueses por parvos»

Helena Roseta
Visão, 26 de Outubro

«O que torna o manifesto da "Terceira Via" ainda mais frustrante é que até os próprios liberais com sentido social conseguem ser mais progressistas»

Joaquim Jorge Veigunha
Finisterra, Setembro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

